



Anais da Assembléia

Nº 71

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 28 DE MAIO DE 1996

ANO XXIII

Mesa Diretora

ANIBAL KHURY
Presidente - PTB

LUIZ CARLOS ZUK
1º Vice-Presidente - PDT

NEIVO BERALDIN
2º Vice-Presidente - PP

LUIZ CARLOS MARTINS
1º Secretário - PDT

NELSON GARCIA
2º Secretário - PFL

EDGAR BUENO
3º Secretário - PDT

JOÃO TECHI
4º Secretário - PPR

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

Lideranças

Governo	Deputado ALGACI TÚLIO
PDT	Deputado VALDIR ROSSONI
PMDB	Deputado TOTI COLAÇO
PFL	Deputado ÉLIO LINO RUSCH
PT	Deputado IRINEU COLOMBO
PPB	Deputado DUÍLIO GENARI
PSDB	Deputado CESAR SILVESTRI
PTB	Deputado NELSON JUSTUS

Representação Partidária

PDT – 11: Algaci Túlio - Edgar Bueno - Edno Guimarães - Joel Coimbra - Luiz Carlos Martins - Antonio Belinati - Luiz Carlos Zuk - Luiz Accorsi - Miltinho Puppio - Nelson Tureck - Valdir Rossoni; **PSDB – 10:** Albanor Gomes - Antonio Annibelli - Beto Richa - José Maria - Carlos Simões - Cezar Silvestri - Edson Silva Lino - Jocelito Canto - Ricardo Chab - Sergio Spada; **PMDB – 10:** Durval Amaral - Cleiton Kielse - José Tavares - Calto Quintana - Luiz Claudio Romanelli - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Renato Adur - Sâmis da Silva - Toti Coração; **PTB – 07:** Anibal Khury - Nelson Justus - Eduardo Trevisan - Luiz Carlos Alborghetti - Hermas Brandão - Marquinhos Alves - Geraldo Cartário; **PPB – 06:** Duílio Genari - Neivo Beraldin - Irondi Pugliesi - João Techy Filho - Cesar Seleme - Augustinho Zucchi; **PFL – 05:** Basílio Zanusso - Élio Lino Rusch - Nelson Garcia - Remy Borsatto - Plauto Miró Guimarães; **PT – 05:** Angelo Vanhoni - Péricles Mello - Emerson Nerone - Florisvaldo Fier - Irineu Colombo.

2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 13ª LEGISLATURA
ATA DA 46ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 28 DE MAIO DE 1996
(TERÇA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Luiz Carlos Zuk, secretariada pelos Senhores Deputados Nelson Garcia e Luiz Carlos Alborghetti.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Luiz Carlos Zuk, Neivo Beraldin, Luiz Carlos Martins, Nelson Garcia, Edgar Ruenó, Techy Filho, Albanor Gomes, Algaci Túlio, Ângelo Vanhoni, Antonio Belinati, Antonio Annibelli, Augustinho Zucchi, Pasílio Zamusso, Beto Picha, Caíto Quintana, Carlos Simões, César Seleme, Cezar Silvestri, Cleiton Kielse, Duílio Genari, Durval Amaral, Edno Guimarães, Edson Silva Lino, Eduardo Trevisan, Elío Rusch, Emerson Neroni, Doutor Posinha, Geraldo Cartário, Irineu Colombo, Irondi Pugliesi, Joel Coimbra, José Maria Ferreira, José Tavares, Jocelito Canto, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Claudio Romaneli, Marquinhos Alves, Miltinho Puppio, Nelson Justus, Nelson Tureck, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Péricles Mello, Plauto Miró Guimarães, Renato Adur, Remy Porsatto, Picardo Chab, Sâmis da Silva, Sérgio Spada, Toti Colaço, Valdir Rossoni e Wal-mor Trentini (53). Achando-se em licença o Senhor Deputado Anibal Khury (01).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - Procede à leitura do seguinte

E X P E D I E N T E:

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 174

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, preferência na discussão e votação do Substitutivo Geral da Comissão de Finanças apresentado ao Projeto de Lei nº 282/95, item nº 02 da Ordem do Dia da presente Sessão Ordinária.

Sala das Sessões, em 28.05.96.

(a) ALGACI TÚLIO

REQUERIMENTO Nº 179

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, Regime de Urgência ao Projeto de Lei nº 204/96, considerando-se a importância de sua aprovação.

Sala das Sessões, em 28.05.96.

(a) RENATO ADUR

REQUERIMENTO Nº 182

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER, após ouvido o douto Plenário, Regime de Urgência para os Projetos de Lei nº 212/96 (Mensagem nº 47/96) e 213/96 Mensagem nº 48/96) de autoria do Poder Executivo.

Sala das Sessões, em 28.05.96.

(a) ALGACI TÚLIO

REQUERIMENTO Nº 159

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, fundamento no disposto pelo artigo 187, § 4º do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, dispensa de discussão e votação da redação final para os projetos aprovados em 2ª discussão, constantes da Ordem do Dia da presente sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 28.05.96.

(a) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 170

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação, na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, de voto de profundo pesar pelo falecimento do Senhor João da Cruz, ocorrido em 21 de maio/1996.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa seja dada ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 28.05.96.

(a) ANTONIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Com a idade de 66 anos faleceu, em 21 de maio corrente, o Senhor João da Cruz. O extinto, que era agropecuarista no Município de Clevelândia, deixou viúva a Senhora Vanda Bugno da Cruz, 07 filhos e 10 netos.

O passamento de João da Cruz veio abrir enorme lacuna no seio da família, bem como de seu vasto círculo de amigos entre os quais este Deputado.

O destino privou seus familiares do seu convívio, entretanto, no céu as mãos

têm muito mais espaço para cobrirem de bênçãos a cada um de seus filhos; sua alma engrandecerá o Senhor que olhará para a condição humana de Seu servo João da Cruz.

O tempo e a distância jamais poderão apagar do nosso coração a lembrança daquele que soube conquistar a nossa amizade.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, por intermédio deste Parlamentar, cumpre o dever de associar-se à dor que abalou a família da Cruz, endereçando a ela voto de profundo pesar, rogando a Deus para que a todos conforte.

REQUERIMENTO N° 161

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, respeitosamente, REQUER envio de voto de louvor a Diretoria do Jornal Indústria e Comércio, pela homenagem feita as mulheres, representadas pelas executivas daquele jornal, na 92.^a edição do Projeto Bom Dia no Indústria e Comércio, na última segunda-feira, conforme disposto no artigo 132 do Regimento Interno desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 28.05.96.

(a) RENATO ADUR

REQUERIMENTO N° 162

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, respeitosamente, REQUER envio de voto de louvor a Diretoria do Jornal Indústria e Comércio, pela homenagem feita às mulheres, representadas pelas executivas daquele jornal, na 92.^a edição do Projeto Bom Dia no Indústria e Comércio, na última segunda-feira, conforme disposto no artigo 132 do Regimento Interno desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 28.05.96.

(a) RENATO ADUR

REQUERIMENTO N° 163

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER envio de voto de louvor a Direção do Banco do Brasil da cidade de Foz do Iguaçu, pelo trabalho realizado na campanha "Pé Quente", que teve início no último dia 10 do corrente mês, conforme disposto no art. 132 do Regimento desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 28.05.96.

(a) SÉRGIO SPADA

REQUERIMENTO N° 164

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e

após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER envio de voto de louvor ao Conservatório Mozart da cidade de Foz do Iguaçu, pelo trabalho realizado na campanha "Pé Quente", que teve início no último dia 10 do corrente mês, conforme disposto no art. 132 do Regimento desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 28.05.96.

(a) SÉRGIO SPADA

REQUERIMENTO N° 167

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER envio de voto de congratulações ao Senhor José Carlos Tiburcio, pelo trabalho desenvolvido como Presidente da Sociedade Rural do Paraná, na Cidade de Londrina, conforme disposto no art. 132 do Regimento Interno desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 28.05.96.

(a) JOSÉ TAVARES

REQUERIMENTO N° 168

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER envio de voto de congratulações ao Senhor Manoel Garcia Cid, pela conquista do cargo de Presidente da Sociedade Rural do Paraná, na Cidade de Londrina, conforme disposto no art. 132 do Regimento Interno desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 28.05.96.

(a) JOSÉ TAVARES

REQUERIMENTO N° 176

Senhor Presidente.

No último dia 25, no Município de Itaperuçu, foi inaugurada uma obra pioneira no Brasil, fruto de um grande desafio, porque foi construída por deficientes visuais: o Centro de Produção Agrícola de Itaperuçu. O Centro vai preparar deficientes visuais para os serviços do campo: horticultura, avicultura, etc, através de turmas onde esses serão a minoria: 8, e os agricultores sem limitações de saúde, a maioria: 15.

Para a concretização desse projeto - primeiro no Brasil nos moldes em que foi construído - a ADVIPAR - Associação dos Deficientes Visuais do Paraná, contou com o apoio e colaboração das Secretarias de Estado, da Criança e Assuntos da Família, Agricultura e Abastecimento, através da EMATER, e da de Educação. Assim como contou com o apoio do Prefeito e Vereadores de Itaperuçu.

A ADVIPAR, como as instituições que lhe deram apoio, merecem o reconhecimento e o louvor desta Casa, razão pela qual REQUER o Deputado que este subscreve, no uso

de suas atribuições legais e na forma regimental, a inserção, na Ata dos Trabalhos da presente sessão, de votos de louvor e congratulações com a Associação dos Deficientes Visuais do Paraná, na pessoa de seu Presidente, José Juarez Martins; com as Secretarias citadas e com a Câmara Municipal e Prefeitura de Itaperuçu. Para o que requer ainda que seja dado conhecimento do presente a todos: entidade, Secretarias e Município.

Sala das Sessões, em 28.05.96.

(a) ALGACI TÚLIO

REQUERIMENTO N° 185

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos Trabalhos da sessão de hoje, voto de congratulações e aplausos ao Prefeito do Município de Santa Helena, Júlio Morandi e ao Vereador e atual Presidente da Câmara Municipal de Santa Helena, José Alberto Kozerski, pela iniciativa de criar um Memorial em homenagem a Luiz Carlos Prestes, o Cavaleiro da Esperança.

Outrossim, requer que da decisão da Casa, seja dada ciência ao Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal Júlio Morandi e ao Vereador José Alberto Kozerski, ambos do Município de Santa Helena, na Região Oeste do Paraná.

Sala das Sessões, em 28.05.96.

(a) IRINEU COLOMBO

JUSTIFICATIVA:

A iniciativa de homenagear o líder revolucionário, Luiz Carlos Prestes, é uma das formas de resgatar a memória da histórica Coluna Prestes, que passou pela Região Oeste do Paraná.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, por intermédio deste Parlamentar, parabeniza ao Prefeito e ao Presidente da Câmara Municipal de Santa Helena, pela iniciativa de criar um Memorial em homenagem à luta pela liberdade da Coluna Prestes.

REQUERIMENTO N° 160

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Telecomunicações do Paraná S/A - TELEPAR, no sentido de esclarecer aos moradores do Bairro Guaraituba - Colombo, qual o procedimento adotado quanto às ligações que são feitas de Curitiba para Colombo.

Ocorre que antigamente essas ligações eram consideradas normais e agora as ligações são caracterizadas como Interurbanas, causando desta forma um acréscimo nos seus valores. Ao utilizarem fichas, torna-se

inviável realizar as ligações, uma vez que são necessárias muitas fichas telefônicas e mesmo assim é impossível completá-las.

O pedido está sendo feito pela senhora Ana Cardoso, em nome de todos os moradores de Colombo e o seu telefone para informações complementares é 766-1542.

Sala das Sessões, em 28.05.96.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 165

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de correspondência ao Excelentíssimo Senhor Reitor da Universidade Estadual de Maringá, que se digne em proceder a doação em regime de Comodato, de uma área de 25.000 metros quadrados, pertencente ao "Campus" da Universidade, no Município de Cianorte, para a Associação Assistencial e Promocional Rainha da Paz.

Sala das Sessões, em 28.05.96.

(a) EDNO GUIMARÃES

JUSTIFICATIVA:

O referido pleito prende-se ao fato de que a Associação Assistencial e Promocional Rainha da Paz, desde há muito, tem exercido grande trabalho junto às pessoas carentes, notadamente crianças e velhos do Município de Cianorte.

Por outro lado, é sabido que o Campus Extensão UEM, do Município de Cianorte, possui uma área de aproximadamente 216.000 metros quadrados, que dos quais mais de 120.000 metros quadrados tem uma ocupação ociosa, isto é, não está sendo usada. Como trata-se de um terreno localizado praticamente numa região desabitada, quase agrícola, a entidade Rainha da Paz poderia utilizá-lo, desenvolvendo um projeto de Horta Comunitária e criação de pequenos animais, com a conseqüente participação dos menores carentes, em número de mais ou menos 320 (trezentos e vinte).

Assim, como sabemos que o objetivo desta Universidade também é social, temos certeza que acolherão a presente solicitação, que poderá ser formalizada obedecendo aos trâmites legais.

REQUERIMENTO N° 166

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de correspondência ao Exmo. Sr. Secretário de Estado dos Transportes, Deni Linu Schwartz, solicitando informações sobre a vigência do Decreto n° 4333/88, que autoriza a exploração da "faixa de domínio" nas Rodovias Estaduais. Outrossim que informe também, quantos proprietários solicitaram o uso da "faixa de domínio" no

ano de 1995, bem como se algum solicitante foi atendido e se não foi o porquê da desautorização.

Sala das Sessões, em 28.05.96.

(a) EDNO GUIMARAES

JUSTIFICATIVA:

Pelo que consta o Decreto n° 4.333/88 está em pleno vigor mas não se sabe o porquê não está sendo cumprido, segundo informações do Senhor Demerval Silvestre, Proprietário Rural e Presidente da Associação das Indústrias de Farinha de Mandioca do Paraná.

Assim as questões formuladas no requerimento anexo, em muito contribuirão para sanear algumas indagações, formuladas por pretensos usuários.

Que é sabido que o uso racional da "faixa de domínio" pode contribuir, além da segurança, (controle de incêndios) também com o aumento de terras agricultáveis em todo o Estado.

REQUERIMENTO N° 169

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente, em caráter de urgência, ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado em exercício, Deputado Anibal Khury, solicitando que seja regulamentado o Decreto Governamental n° 32.169 de 22 de setembro de 1960 que criou a Faculdade Estadual de Direito da Cidade de União da Vitória.

Sala das Sessões, em 28.05.96.

(a) ANTONIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

É possível sentir e viver hoje a transformação dos Municípios da região de União da Vitória, com seus administradores preocupados e compromissados com as mudanças que estão a promovê-las sempre contando com o apoio e a participação de todos os segmentos da sociedade.

Para desenvolver a fé e a esperança nas propostas de renovação, uma das mais justas aspirações da região é a implantação do Curso de Direito na Cidade de União da Vitória.

Não há progresso sem fé na capacidade de cada um, na execução da tarefa, no objetivo a ser alcançado, no potencial da população, no existir para servir, no exercício da democracia, na liberdade para a educação. É preciso ter esperança na consciência dos que governam, esperança no amanhã, na proposta e principalmente na esperança de grandes avanços para a região, em atração de investimentos, de geração de empregos, de centro de pesquisa e de treinamento de estudos e de extensão.

O Curso de Direito em União da Vitória, não pode estar alheio a vida dos que

a cercam. Uma das missões é buscar saídas dignas e alternativas que exigirão estudos e aptidões. Ela precisa de talentos e gênios ao lado de inteligências normais.

A Faculdade de Direito, mais do que um marco histórico será um instrumento de solução a médio e longo prazo para inúmeros problemas, além de abrir horizontes, formar mentes e desenvolver culturas.

Grande é o júbilo que sentimos ao ver um filho da região de União da Vitória, que após haver combatido o bom combate, após anos de porfiada luta na seara árdua da política, assume embora transitoriamente o governo do Estado do nosso Paraná com a fronte nimbada pela auréola da confiança de seus concidadãos. Estamos certos que o Deputado Anibal Khury, como governador acolherá esta solicitação, regulamentando o Decreto n° 32.169 de 22.09.60 que criou a Faculdade de Direito Estadual de União da Vitória.

REQUERIMENTO N° 171

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER seja enviado expediente ao Exmo. Sr. Presidente da República Fernando Henrique Cardoso e ao Presidente do Banco do Brasil se posicionando contra o fechamento da Agência do Banco do Brasil de Cruz Machado-PR.

Sala das Sessões, em 28.05.96.

(a) DOUTOR ROSINHA

JUSTIFICATIVA:

Cruz Machado Município, pobre da Região Sul do nosso Estado, tem boa parte de sua economia dependente da agricultura.

São aproximadamente duas mil e quinhentas famílias com propriedades médias de dez alqueires com cultura básica de feijão e milho.

Estes agricultores dependem do crédito do B.B., se fechada a Agência passam a ter uma nova dificuldade: a de busca de crédito.

Através do presente este parlamento posiciona-se contra o fechamento da Agência do B.B. de Cruz Machado.

REQUERIMENTO N° 177

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, fazendo uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Secretário de Estado da Segurança Pública, Doutor Cândido Manuel Martins de Oliveira, solicitando a instalação de um Distrito Policial na Cidade de Araucária.

Sala das Sessões, em 28.05.96.

(a) ALBANOR GOMES

JUSTIFICATIVA:

O presente pedido é feito atendendo a solicitação de grande parte da população que tem interesse neste Distrito, visando maior proteção e segurança.

Araucária tem hoje aproximadamente 90 mil habitantes, e um quadro urbano bastante extenso. Existe no Município apenas uma Delegacia de Polícia e sua localização não é estratégica, o que dificulta na agilidade dos atendimentos no outro extremo da cidade.

Além disso, a Delegacia conta com um número pequeno de policiais civis à disposição, se compararmos com o elevado número de habitantes e o maior número de chamadas.

Pelo exposto acima se justifica a necessidade de instalação de um Distrito Policial em Araucária.

REQUERIMENTO N° 184

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, envio de expediente a Secretaria de Estado da Ciência e Tecnologia solicitando que remeta as Planilhas de Custos das Universidades e Faculdades do Estado do Paraná, e qual o montante gasto pelo Governo em cada uma das Universidades e Faculdades do Estado.

Sala das Sessões, em 28.05.96.

(a) NEIVO BERALDIN

REQUERIMENTO N° 172

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, o envio de expediente, ao Sr. Deni Lineu Schwartz, Secretário de Estado dos Transportes, o envio de pedido de informações solicitando:

- 1 - Cópia de inteiro teor do processo publicado no Diário Oficial - Estrada de Ferro Paraná Oeste S.A. para contratar a divisão G.M. Locomotivas da General Motors do Brasil S.A..

Sala das Sessões, em 28.05.96.

(a) DOUTOR ROSINHA

REQUERIMENTO N° 173

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, o envio de expediente, ao Sr. Deni Lineu Schwartz, Secretário de Estado dos Transportes, o envio de pedido de informações solicitando:

- 1 - Quais são as empresas que fornecem material de estiva (rede de proteção, cabos de aço, madeiras usadas como pallets e serviços), usados no embarque e desembarque no costado de navios?

- 1.2 - Cópia dos contratos assinados entre a APPA e estas empresas no período janeiro/1995 e maio/1996.

- 2 - Quais são as empreiteiras e seus respectivos titulares cadastrados na APPA, no mesmo período.

Sala das Sessões, em 28.05.96.

(a) DOUTOR ROSINHA

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI N° 218/96
A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica concedido o Título de Cidadão Benemérito do Estado do Paraná ao Senhor Artagão de Mattos Leão.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 28.05.96.

(aa) NELSON TUFECK
ORLANDO PESSUTI

JUSTIFICATIVA:

A trajetória de vida do Senhor Artagão de Mattos Leão tem sido pautada pela honradez, dignidade e competência no desempenho das atribuições que até hoje lhe foram confiadas.

Como Deputado Estadual, nas gestões 1982/86 e 1986/90, exerceu seu mandato com efetiva atuação a favor dos interesses paranaístas, tendo sido Líder do Governo da Constituinte de 1989, entre outras funções de igual magnitude.

Atualmente, como Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, vem atuando com expressiva liderança, através de gestões de melhorias para esta importante corte do Estado.

Solicitamos aos nobres parlamentares desta Casa o seu importante apoio para a aprovação do presente projeto de lei.

PROJETO DE LEI N° 219/96
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Desenvolvimento Comunitário de Godoy Moreira - ADECOM, com sede e foro no Município de São João do Ivaí - PR.

Art. 2° - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 28.05.96.

(a) ORLANDO PESSUTI

JUSTIFICATIVA:

A Associação de Desenvolvimento Comunitário de Godoy Moreira - ADECOM, é uma

entidade civil de caráter filantrópico que tem por finalidade a assistência à saúde e à educação.

Consta entre suas atividades: assistência médica e alimentar aos menores abandonados, treinamento de agentes de saúde, campanha preventiva de saneamento básico, profissionalização de adolescentes e organização de frentes de trabalho urbana e rural.

Em suma, este trabalho reveste-se de imensa importância social, tendo em vista a atenção dedicada à comunidade atendida e a contribuição com o soerguimento da sociedade.

Por estas e várias outras atividades desenvolvidas, de tão nobre valor social, solicitamos o seu reconhecimento como entidade de Utilidade Pública por esta Casa de Leis.

PROJETO DE LEI N° 220/96
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica o Poder Executivo autorizado a permitir ao Senhor Kurt Jakowatz, proprietário do lote 49, da Gleba Segredo, no Município de Guaraqueçaba, a implantação de um Pólo Turístico na propriedade acima descrita.

Art. 2° - Para implantação do Pólo Turístico será apresentado projeto, a ser analisado pela Secretaria de Estado do Meio Ambiente, com cláusulas de preservação irrestrita do meio ambiente.

Art. 3° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 28.05.96.

(a) LUIZ ACCORSI

JUSTIFICATIVA:

O Senhor Kurt Jakowatz, 86 anos, agricultor aposentado, pioneiro no Norte paranaense, foi proprietário de uma gleba de quinhentos hectares entre rios Ivaí e Corumbataí, terras essas desapropriadas pelo Governo Lupion. Durante o Governo Paulo Pimentel, o Senhor Jakowatz recebeu como indenização o lote 49, da Gleba Segredo, no Município de Guaraqueçaba.

Posteriormente, essas terras foram tombadas, para fins de preservação ambiental, isso no Governo José Richa. Causando prejuízos incalculáveis ao seu proprietário, homem acostumado a trabalhar na terra.

A permissão que ora propomos irá reparar um pouco a injustiça cometida com um bravo desbravador das terras paranaenses e, também, irá proporcionar desenvolvimen-

to a uma das áreas mais pobres de investimentos do nosso Estado. Já existem estudos junto a Câmara de Indústria e Comércio Brasil-Alemanha para implantação de uma colônia de férias e incrementação da pesca artesanal.

PROJETO DE LEI N° 221/96
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Pais e Mestres do Colégio Estadual Guilherme de Almeida, com sede e foro no Município de Loanda.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 28.05.96.

(a) LUIZ ACCORSI

JUSTIFICATIVA:

A entidade que pretendemos declarar de Utilidade Pública tem um papel preponderante e muito significativo, já que muitas das ações da escola necessitam de seu apoio e participação. Sendo uma associação que representa a sociedade dentro da escola, deve auxiliar na solução de muitos problemas, tanto no que se refere à escola, como aos trabalhos pedagógicos e ainda aos problemas referentes aos alunos.

Atende a mesma a todos os requisitos exigidos pela Lei n° 6.994, portanto contamos com o apoio dos nobres Pares para o presente projeto de lei.

PROJETO DE LEI N° 222/96
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação SUREHMA, com sede e foro nesta Capital.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 28.05.96.

(a) LUIZ ACCORSI

JUSTIFICATIVA:

A entidade que ora pretendemos declarar de Utilidade Pública é uma associação que promove serviços no âmbito de assistência social e recreativa.

Não tem fins lucrativos e não remunera membros da diretoria. Tendo apresentado seu relatório anual e registro no Cartório de Títulos e Documentos, cumpre com todos os requisitos necessários prescritos pela legislação pertinente.

Face o exposto, contamos com o apoio dos nobres Pares nesta Casa de Leis.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Encerrada a leitura do Expediente.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito no Pequeno Expediente, Deputado Nelson Tureck.

Antes de conceder a palavra ao primeiro orador inscrito, concedo, pela ordem, ao Deputado Edson Lino.

O SR. EDSON LINO - (Pela Ordem) - Gostaria de registrar a presença do vereador José Carlos de Camargo de Rosário do Ivaí, nesta presente Sessão.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Perfeitamente associada à presença do ilustre Vereador pela Mesa Executiva.

Concedo a palavra ao Deputado Nelson Tureck.

O SR. NELSON TURECK - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

É com uma imensa alegria que subo a esta tribuna nesta Casa, para dizer da felicidade do interior do nosso Estado do Paraná. Queria aqui, em primeiro lugar, enaltecer e dizer da responsabilidade, da eficiência do nosso Secretário do Transporte o Senhor Deni Schwartz, da Diretoria do DNEP, através do Senhor Luiz Alberto, onde, com o seu projeto fantástico para todos os municípios paranaenses do nosso interior do Estado do Paraná, nós que estamos acompanhando o dia-a-dia das lutas das nossas estradas, nós ontem assinamos com vários prefeitos do Paraná, que foi o Caminho do Saber implantado pelo Governo Jaime Lerner, e, nós vimos ontem com muita alegria a participação, a felicidade dos prefeitos quando, puderam naquele ato solene, fazer a assinatura com o Secretário do Transporte, desta estrada que irá beneficiar, não só os filhos do Paraná que estão estudando, mas também, os nossos agricultores, onde terão uma estrada digna, uma estrada melhor para tirar o seu escoamento da sua safra agrícola.

São mil quilômetros que o Governo Jaime Lerner estará agora, praticamente dentro de trinta dias, para assinar o convênio com os municípios do Estado do Paraná.

Nós tivemos a primeira etapa que foi assinada ontem; nós teremos a segunda etapa que deverá ser assinada na semana que vem, e teremos aí a etapa seguinte para conclusão de mil quilômetros, mas um projeto do Governo Jaime Lerner, um projeto fantástico, extraordinário de que, vai dar certo, porque realmente quando um governo está se preocupando com as estradas do Caminho do Saber.

E, nós tivemos ontem a participação também do Deputado Pasílio Zanusso, e realmente nós vimos a felicidade daqueles Prefeitos. Tivemos também a presença do

Deputado Durval Amaral.

Portanto, precisamos elogiar aqui esses projetos fantásticos, projetos que vão deixar a marca de um Governo do Estado do Paraná, com o Caminho do Saber, porque realmente são estradas que vão dar segurança vão dar tranquilidade.

Por isso, Senhor Presidente, não poderíamos deixar de registrar nesta Casa de Leis este Projeto que está sendo executado pela Secretaria dos Transportes, pelo DNER e autorizado por este grande Governo, que é o Governo Jaime Lerner.

O Governo que está preparando o futuro deste Estado do Paraná.

Queria neste momento, aproveitando a tribuna da Casa, para fazer um agradecimento quando vimos a reportagem no "Estado do Paraná", onde o povo de Campo Mourão não elege em sua maioria - na pesquisa feita pela Canadá Pesquisa, uma pesquisa estimulada, onde estamos com quase 32%. E nesse momento agradeço, aqui, a um programa de maior audiência no Estado do Paraná, e também porque não falar em Brasil pela sua credibilidade e agradeço as palavras amigas do Luiz Carlos Alborghetti.

Quando o Luiz Carlos Alborghetti falou em seu programa, onde Campo Mourão tem uma audiência extraordinária, todo mundo veio dizer - Tureck, você tem o apoio do Alborghetti, que falou bem de você hoje, porque a sua credibilidade vale muito, tem muito respaldo e o seu programa é um programa de alcance social enorme. E vemos ali, quanto valem as suas palavras amigas, as suas palavras sinceras. Porque o considero um político simples, um político amigo, um político que tem amor pelo povo e é aquilo que a nossa igreja vem pregando hoje: justiça e paz.

Muito obrigado, Luiz Carlos Alborghetti pelo apoio.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - No Horário das Lideranças, concedo a palavra ao Deputado Toti Colaço.

O SR. TOTI COLAÇO - Senhor Presidente, Senhores Deputados. quero, mais uma vez, deixar registrada minha preocupação com relação à reforma da Previdência Social que tramita no Congresso Nacional.

Estamos acompanhando o trabalho, o Movimento Grito da Terra, onde agricultores surgem de todos os recantos do nosso país, estão se organizando e se dirigindo à Capital do Estado, outros à Capital Federal.

O movimento que brotou das comunidades interioranas e que vem ganhando corpo e estamos acompanhando de perto. É um grito popular que brota do campo.

Mas queria deixar registrada a minha preocupação, nesta tarde, que é com relação à reforma da Previdência Social. Tenho

que deixar registrado, mais uma vez, as injustiças que o Governo Federal através do Ministério da Previdência Social, através do Instituto Nacional de Seguridade Social vem fazendo com os trabalhadores rurais, vem fazendo com os desempregados do nosso País, vem fazendo com os doentes, com aleijados, com os inválidos.

O Governo Federal através do Ministério da Previdência só consegue aposentadoria àqueles que têm a nota fiscal, a escritura, o Incra e nada mais.

Estes conseguem a sua aposentadoria. O trabalhador, o bóia-fria, aquele cidadão ou cidadã que trabalha para os fazendeiros, os pecuaristas, que trabalha para os grandes latifundiários do país, para aqueles que vivem nas periferias das grandes cidades e que saem pela manhã em cima de caminhões, caminhonetas, buscando o sustento de suas famílias estes não têm como se aposentar nos dias atuais e são pessoas que estão em cima daqueles caminhões, em cima de carretas e tratores, que saem pela manhã antes do clarear do dia, são pessoas acima de 50, 60 anos de idade, pessoas idosas que vão em busca de ganhar naquele dia o que vai comer no dia seguinte.

Estes são praticamente desprotegidos da previdência social nos dias atuais. Mas não somente os operários da área rural, são os doentes, Deputado Nerone, são os aleijados, são aqueles que possuem uma doença incurável que se tiver um da sua família que receba o grande salário de cem reais por mês não pode se aposentar a esposa, não pode receber o auxílio doença ou o filho que esteja doente e assim por diante.

Aquelas pessoas, aquele cidadão ou aquela cidadã que completa 70 anos de idade, que está expresso na Constituição, que tinha o direito de se aposentar, de ter pelo mínimo um salário mínimo, se o marido estiver já com a sua aposentadoria assegurada, este ou esta também não tem mais o direito de receber a sua aposentadoria ou uma pensão vitalícia.

Parece-me que a justiça social que se apregoa dentro deste Estado e dentro deste País, parece-me que o que está se discutindo no Congresso Nacional a respeito da previdência social não é para os brasileiros, não é para os operários, não é para os desempregados, não é para os bóias-frias, não é para os doentes, não é para os aleijados.

Não acredito em justiça social se não olhar para os doentes.

Tenho dentro da região centro sul do Estado do Paraná, na minha querida Irati, tenho um escritório que atende diariamente a região toda lá e os peritos, os médicos que atendem a agência do INPS de Irati, que atendem o Instituto Nacional de Segu-

ridade Social da região, só sabem dizer: "Está apto para o trabalho". Gente doente que a olhos vistos, a qualquer leigo pode ver claramente que são pessoas inválidas que não têm como exercer a sua atividade, muito menos na agricultura e eu quero fazer aqui um desafio, aos meus Pares, aos meus amigos e companheiros Deputados, que são do interior do nosso Estado que são do interior, que não são aqui da Capital, faço levantamento em suas comunidades, faço chamamento das pessoas doentes, que buscam um encosto, um auxílio-doença através do INPS, e vão ver se vão encontrar, vão encontrar uma negativa, não vão conseguir auxílio-doença, não vão dar a mínima a estes irmãos nossos tão esparriados, em todos os recantos do nosso Estado, inclusive aqui, ao redor da grande Curitiba.

Se sair aí nos bairros da região metropolitana vão encontrar milhares de paranaenses que vieram da roça, que vieram do interior do nosso Estado e que estão aí a mercê do tempo, marginalizados, que não têm como comprovar a sua atividade durante ao longo de mais de 60 anos de vida e de trabalho.

Se não prestassem, com certeza estariam na cadeia, se fossem ladrões, bandidos, assassinos, com certeza estariam na penitenciária central do nosso Estado.

Não, estão ao redor da grande Capital, da grande Curitiba porque em outras palavras, praticamente abandonaram as suas terras, foram expulsos do campo, em busca de alimento, em busca de melhores dias para a sua família, estão aí ao redor de Curitiba, Deputado Luiz Carlos Martins, Vossa Excelência que é um homem que tem sensibilidade e conhece o problema social do nosso Estado. E só sair daqui ao redor de Curitiba, adentrar num bairro pobre e vão encontrar ali dezenas de famílias que vieram ou de Irati, de Maringá, de Londrina, do interior do nosso Estado, estão aí. Pedindo o quê? Emprego. Pedindo o quê? Serviço.

Por isso, Senhor Presidente e Senhores Deputados, eu queria concluir este meu pequeno pronunciamento, mas quero deixar registrado mais uma vez, a minha grande preocupação com a reforma da Previdência Social que está se votando em Brasília.

Os privilégios, muitos deles eu aqui já denunciei, vão permanecer, inclusive a aposentadoria dos Deputados Federais, inclusive. Ninguém se levanta numa voz dizendo que isto não está correto, aliás que está errado. Mas é preciso que se registre isto aqui. Mas, como é que vão votar uma mudança profunda na Previdência Social, quando quem a dirige, quando quem a comanda já está aposentado, com menos de 50 anos de idade?

É difícil provar para a sociedade bra-

sileira de que este Projeto da Previdência Social está correto, o que estão votando lá, a mim não convence, e eu quero antes de conceder o aparte ao Deputado Neivo Beraldin, dizer mais que uma vez, que é preciso que esta Assembléia, que é a Casa do Povo, que amanhã vamos ter aqui trabalhadores rurais, que amanhã ou depois vamos ter aqui os pequenos agricultores, que nós nos unamos a esta marcha, a este grito que vem do campo, que vem das pequenas comunidades, dos pequenos casebres, das pequenas propriedades rurais, que estão marginalizados no interior do nosso Estado.

Concedo o aparte do nobre Deputado Neivo Beraldin.

O Sr. Neivo Beraldin - Meu caro Líder do PMDB, Toti Colaço. Vossa Excelência faz um discurso que naturalmente é o discurso do trabalhador do campo, do trabalhador da cidade, do menos favorecido pela sorte. E faz algumas observações: como pode alguém que já está aposentado tomar certas decisões e benefícios pessoais?

Mas eu diria a Vossa Excelência, que nós deveríamos observar e decidir, primeiro, as questões importantes que afligem o trabalhador rural da cidade, do Estado do Paraná. Veja você, que o Tribunal de Contas do Paraná, tem lá como Conselheiro, gente que está aposentada na Assembléia Legislativa e deve ter também Conselheiros que possam ter, inclusive, outras aposentadorias a não ser a da Assembléia Legislativa.

O Tribunal de Contas do Paraná, gasta mais que dois e meio por cento do orçamento do Estado, diz o Deputado Annibelli. E nós não temos conhecimento através de um requerimento aprovado por esta Casa, não obtivemos dos concursos, das pessoas que ocupam cargos, salários, privilégios, nepotismo claro, absoluto.

A semana passada, dei entrada e protocolei um ofício com o mesmo teor aprovado nesta Casa, para fim, se não receber a resposta dentro do prazo constitucional, que é de quinze dias, para uma ação popular. Veja, o Sr. Deputado Toti Colaço, precisar recorrer à justiça para que órgão público possa mostrar aquilo que ele tem interno, possa mostrar se ele é regular ou se é irregular. É um absurdo, termos que recorrer à justiça para saber de que maneira gasta os recursos, os 2% ou mais de 2% do dinheiro arrecadado do povo, do trabalhador, do dinheiro arrecadado da indústria que produz, do dinheiro arrecadado do empresário que gera emprego para favorecer marajás, para favorecer gente que não contribui em, absolutamente, nada. Até porque, não vejo a razão da existência desse Tribunal de Contas mais, porque, nos envergonha.

Sou um paranaense que fui convidado para uma entrevista, de rede de televisão nacional, e me recusei, porque sei que se falar a uma emissora de rede de televisão nacional e contar o que existe aqui no Paraná, que se diz um Estado de exemplo, teremos vergonha perante o Brasil.

Esse é que é o meu aparte, meus cumprimentos.

O SR. TOTI COLAÇO - Agradeço o aparte de V.Exa., muito embora não estivesse tratando desse assunto nesse instante, e sim tratando de um assunto que está se discutindo, votando no Congresso Nacional: trata-se de direitos de pessoas pobres e carentes que estão perambulando no interior do nosso Estado e ao redor das grandes cidades, e muito especialmente, da grande Curitiba.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, quero que fique registrado esta minha preocupação, mais uma vez. E que amanhã ou depois quando os pequenos agricultores do nosso Estado, que estão rumando à capital do Estado e a Brasília, aqui aportarem possamos ficar atentos com as suas reivindicações, mas que fique registrado desde já esta injustiça que se faz, hoje, no campo através da Previdência Social, através do não atendimento do Ministério da Previdência Social, aos homens do campo e mulheres também do interior do nosso Estado.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Encerrado o Horário da Liderança do PMDB.

Concedo a palavra nesse instante, ao magnífico Reitor da Fundação Universidade Estadual de Ponta Grossa, que falará, num acordo já feito com esta Mesa Executiva, em nome de todas as instituições superiores de ensino do Paraná, bem como das Faculdades isoladas.

Concedo a palavra, ao Reitor Merhy, que tem a oportunidade de dar conhecimento a todos os Srs. Deputados, de sua viva voz aquilo que foi transcrito através daquele manifesto das instituições do ensino superior deste Estado.

Com a palavra o nosso Reitor Frederico Merhy.

Após a fala do Sr. Reitor, a palavra está aberta aos Srs. Deputados, a alguma questão pendente das lideranças partidárias.

O SR. FREDERICO - Sr. Presidente Luiz Carlos Zuk, Presidente desta Casa, Srs. Deputados.

Gostaria de inicialmente agradecer, em nome do ensino superior; a oportunidade que nos é dada de vir até esta Assembléia Legislativa expor, de viva voz, os problemas que estão ocorrendo com o ensino supe-

rior em todo o Estado do Paraná.

Represento, hoje, como Reitor da Universidade de Ponta Grossa, os reitores das cinco faculdades isoladas, que compõem a Associação Paranaense das Instituições de Ensino Superior Públicas. O ensino superior no Estado do Paraná representa, hoje, um contingente de mais ou menos cinquenta mil pessoas, entre alunos, professores e funcionários.

O ensino público mantido pelo Estado começou em 1948, com a criação da FMRAP, aqui em Curitiba; em 49, com a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, em Ponta Grossa. E a partir daí, ao longo dos anos foram sendo criadas faculdades, que em 1970 algumas foram consolidadas nas três primeiras universidades estaduais: Londrina, Maringá e Ponta Grossa. Mais recentemente foram criadas a UNIOESTE e a UNICENTRO.

Ao longo desses quase cinquenta anos de existência, o ensino superior público paranaense tem cumprido papel muito acima do que, apenas formar profissionais competentes de 3º Grau. Nós temos, por exemplo, atuado no 1º, 2º, 3º e 4º Graus, com a pós-graduação. Temos executado inúmeros programas existencionistas, substituindo muitas vezes os nossos programas assistenciais, o próprio Poder Público Estadual.

Atendemos a população das regiões, onde estamos através dos hospitais universitários; serviços de odontologia; serviços de assistência social; serviços de assistência judiciária. Somos os responsáveis, nas regiões onde atuamos, praticamente pela totalidade dos programas culturais que são feitos nestas regiões. Através dos festivais de teatro, de música, as diversas semanas, que cada uma das instituições de ensino superior patrocina e propicia à população de região, onde ela está inserida, este acesso à cultura, que senão fosse por ela, dificilmente esse pessoal das cidades, que representamos, teriam o acesso a esse tipo de conhecimento. Através de convênios com entidades públicas e privadas prestamos diversos serviços ao próprio Estado. Temos dado sustentação através de programas de integração com o 1º e 2º Graus etc.

O ensino superior público paranaense, mantido pelo Estado do Paraná é o grande responsável pelo desenvolvimento das regiões aonde eles estão inseridos. As cidades, que tem, hoje, o privilégio de contar com uma universidade ou com uma faculdade sofreram um crescimento completamente diferenciado e para maior, do que as cidades, que, hoje, não tiveram esta felicidade.

Entretanto, Srs. Deputados, o muito que foi investido ao longo dos quase cinquenta anos de existência do Ensino Supe-

rior do Estado do Paraná. Ao longo da última década temos observado que esse grande investimento que foi feito tem sofrido uma reversão a ponto de que as Universidades e faculdades hoje enfrentam, um sucateamento, um empobrecimento que se torna cada dia mais insuportável e insustentável por nossas Instituições.

Ao longo dos anos, os investimentos que são feitos nas Instituições de Ensino Superior tem sido reduzidos a ponto de nos dois últimos anos termos tido orçamentariamente previsto o valor zero para investimento, temos recebido nos últimos anos, a título de manutenção e de custeio, valores que são absolutamente insuficientes, sequer mera manutenção daquilo que temos feito ao longo dos anos. Temos recebido de 1/3 do valor que deveria ser necessário para a manutenção no mínimo digna do Ensino Superior no Estado do Paraná.

Os salários que são pagos aos nossos docentes e aos nossos técnicos administrativos vêm sendo achatados ano após ano. E hoje nós podemos dizer com certeza que o Estado do Paraná é o Estado que menor salário paga no Brasil aos professores de 3º grau.

Senhores, a situação do Ensino Superior do Estado chegou num ponto, que pela primeira vez na história deste ensino os Reitores, os Professores, os Funcionários, Alunos, Sindicatos, Associações se juntaram para defender este patrimônio, que é do Estado do Paraná, e que se nós não tomarmos os devidos cuidados acabará por morrer com a falência definitiva do Ensino Superior do nosso Estado.

Este movimento que surgiu das bases sindicais foi encampado pelos diretórios centrais dos estudantes de todas as Instituições de Ensino Superior do Estado do Paraná e teve o apoio da Associação que engloba Reitores e Diretores, aconteceu no último dia 22, onde todo o Ensino Superior Público do Estado do Paraná paralisou por um dia para discutirmos os problemas.

O resultado dessa discussão, a nível dos sindicatos resultou em um manifesto, em uma posição que circula através dos sindicatos e em um manifesto feito pela AFIESP em nome dos Reitores e dos Diretores de todas as Instituições de Ensino Superior Públicas mantidas pelo Estado do Paraná, que nós fizemos chegar à Presidência desta Casa e endereçamos uma cópia a cada um dos Senhores.

Neste manifesto, nós Reitores e Diretores, ressaltando os principais pontos que afligem o Ensino Superior no Estado do Paraná. Os recursos financeiros para a manutenção das estruturas vigentes - temos obtido, como já falei, do Governo do Estado, menos de 1/3 do valor necessário para suprir as necessidades mínimas das nossas

Instituições.

Somente para citar alguns exemplos de outros Estados, no Estado de São Paulo o montante de recursos destinados a manutenção das instituições, chega a 20% do montante que é repassado às Instituições de Ensino Superior, e no Estado da Bahia a 50%; no Estado do Paraná nós temos recebido menos de 2% do valor correspondente da folha de Pagamento, para a manutenção das nossas Instituições.

Recursos para investimento: nós temos recebido valor do Estado igual a zero para o investimento nas Instituições de Ensino Superior em sua grande maioria. Isto significa que não podendo investir, e sequer podendo manter a estrutura vigente, as Universidades e Faculdades do Estado do Paraná estão sendo sucateadas, estão empobrecendo, e estamos na iminência de paralisar determinados cursos na Instituição, pela absoluta falta de material para podermos lecionar. Uma luta antiga, das Instituições de Ensino Superior, tem sido a implantação da carreira docente e da carreira técnico administrativa. Os projetos para a carreira docente e as propostas para implantação de uma carreira específica para os docentes nas Instituições de Ensino Superior, e para a carreira técnico administrativa, já foram encaminhados pela AFTESP e transitaram, recebendo pareceres favoráveis em algumas das Secretarias e entretanto, encontram-se a tempo paralisados em uma outra instância do poder Executivo.

O investimento para o quadro de carreira docente, representa apenas 3.6% sobre a folha de pagamento do Estado. E para a nova carreira técnico administrativa senhores representa 0,79% do montante da folha de pagamento. Então não estamos a pedir nenhum absurdo, estamos tentando fazer com que os responsáveis pelo governo, e hoje transmitindo aos senhores, entendam que o Ensino Superior não pode ser tratado como um organismo Governamental comum, ele tem que ser diferenciado, porque ele lida exatamente com a formação de recursos humanos. Nós não temos como chegar aos nossos estudantes, e dizer a eles que este ano eles se formarão pior do que devia, porque a arrecadação do Estado caiu, e que ano que vem esperamos que a arrecadação suba, porque aí poderemos formá-los de maneira mais conveniente ou de maneira mais adequada. A regulamentação do Artigo 205, é outro tópico constante da nossa pauta de reivindicações. O Estado do Paraná é um dos poucos Estados da Federação que não conta com esse Artigo regulamentado.

Os investimentos necessários para a pesquisa científica e tecnológica, não têm sido feitos no Estado do Paraná pela ausência de uma regulamentação que ampare o

que estabelece esse Artigo da Constituição Estadual.

O Projeto que foi apresentado e encaminhado a esta Casa de Leis, não foi discutido com as Instituições de Ensino Superior, com o texto que foi apresentado a esta Casa de Leis. Ele nos foi como a única alternativa possível de ser aprovada. E, nas reuniões que tivemos as poucas reivindicações que fizemos e que nos foram permitidas serem feitas, não foram, em sua grande maioria incorporadas ao projeto, inclusive o texto que chegou, muito recentemente nesta Casa de Leis, traz algumas inovações das quais nós não temos nenhum conhecimento.

AUTONOMIA ADMINISTRATIVA E AUTONOMIA FINANCEIRA: temos brigado ao longo de muitos anos pela implantação desta autonomia financeira e administrativa nas instituições de ensino superior. Apesar da Constituição Estadual e da Constituição Federal garantirem como direitos adquiridos das Universidades brasileiras, nós não possuímos este direito a nível de Estado do Paraná. A menor condição de administrar sua instituição de ensino superior não é dada, por exemplo, aos nossos diretores de faculdade que, não têm poder sequer, para substituir um professor que se aposenta; para substituir um professor que se demite; para substituir um professor que entra em licença por motivo de saúde. E os processos tramitam durante meses e meses nas Secretarias de Estado a ponto de, no ano passado, inúmeras turmas ficaram sem aulas praticamente durante o ano todo pela ausência absoluta de professores para entrar em sala de aula.

REAJUSTE SALARIAL: o salário, como já disse, que é pago ao professor e ao funcionário, especificamente ao professor de ensino superior do Estado do Paraná, é o mais baixo salário pago à profissionais de ensino superior no Brasil. Um professor de ensino superior paranaense em regime de 40 horas semanais de trabalho, inicia sua carreira com o salário aproximado de 590 reais.

Senhores, vejam os anos de estudo necessário para que um professor, para que alguém venha pleitear uma vaga como professor de uma instituição de ensino superior, inclusive a grande parte, a grande maioria das nossas instituições de ensino superior, exigem a titulação mínima de Mestre, para que possa ingressar nas universidades. Não existe a nível de Estado do Paraná, nem nunca existiu, pelo que me é dado a conhecer, uma política para o ensino superior no nosso Estado. Uma política que não seja uma política de governo, mas que seja sim uma política de Estado para o ensino superior que trace as linhas gerais e os rumos para onde deverão cami-

nhar as instituições de ensino superior do nosso Estado. O que fazer com as "ditas" faculdades isoladas, que, têm até este nome de isoladas, atrelada a sua condição de faculdade de ensino superior, porque elas estão absolutamente isoladas. Como direcionar o crescimento das instituições de ensino superior. Como detectar as reais necessidades desta ou daquela região do Estado. Não temos, e nem nunca tivemos uma política de ensino superior no Estado do Paraná. Uma política que abranja todos estes itens que nós falamos e uma política que leve, realmente, ao desenvolvimento do Estado, suportado pelo ensino superior.

Temos observado, Senhores Deputados, que os nossos Estados vizinhos - São Paulo e Santa Catarina têm experimentado um crescimento mais rápido do que o próprio Estado do Paraná e um suporte muito maior às suas instituições de ensino superior. Não existe Estado que se desenvolva, não existe região, não existe cidade, não existe país que se desenvolva sem a sustentação devida pelas universidades e pelas faculdades deste país. Por mais que se invista em industrialização, por mais que se invista em qualquer programa de governo, este programa não terá sucesso porque lhe faltará o amparo da formação dos recursos humanos mínimos, necessários para a sustentação desses programas.

Senhores, o ensino superior do Paraná está pedindo ajuda! O ensino superior do Estado do Paraná está morrendo! Se alguma coisa não for feita em caráter de urgência todos nós testemunharemos a morte das faculdades e a morte das universidades públicas mantidas pelo Estado do Paraná.

Senhores a morte do ensino superior significa a falência do Estado. Todas as instituições paranaenses foram criadas por esta Casa de Leis. Nós viemos aqui solicitar, mais uma vez, o apoio dos Senhores Deputados, na luta que reitores, professores, funcionários, alunos, sindicalistas, enfim, todo o corpo do ensino superior do Estado do Paraná está enfrentando. Temos sido encarados pelo Estado como elementos de despesa. Nós não precisamos de esmola! Nós somos, sim, e acreditamos que somos elementos de desenvolvimento do Estado do Paraná. Acreditamos na nossa importância. Temos perfeita consciência disso. E, estamos, aqui, pedindo aos senhores que intermediem como legítimos representantes do povo do Estado do Paraná, que intermediem a luta entre as universidades e o Poder Executivo.

Temos ouvido, Senhores Deputados, para finalizar, nas últimas semanas algumas afirmações que de uma certa forma nos deixaram assustados. Temos lido, muito recentemente, inclusive hoje, algumas notícias que são colocadas a nível de jornais da

Capital e os principais jornais de circulação do nosso Estado, dizendo que as universidades hoje, representam, ainda, uma caixa preta e que muitas das informações que têm sido solicitadas pelo Governo do Estado não têm sido repassadas ao governo.

Senhores isto é mentira! Todas as informações que têm sido solicitadas estão sendo repassadas à Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior. Essas informações foram entregues, pessoalmente, ao Senhor Marcos Pessoa. Temos ouvido que as universidades não se abrem e muito tem se falado aqui nos corredores das Secretarias e alguns comentários até mesmo dentro desta Casa, se os senhores me permitem a liberdade, dizendo que as Universidades e as faculdades não estão abertas para qualquer crítica ou para qualquer fiscalização ou informação.

Gostaria de afirmar, Srs. Deputados, e ao mesmo tempo fazer um convite, não existe ponto deste Estado que esteja tão distante da capital. As universidades e faculdades públicas do Estado do Paraná, mantidas pelo Estado do Paraná, estão abertas a esta Casa, ao Governo do Estado, para que os senhores as visitem, para que os senhores tenham perfeita noção do quanto foi investido e do que é feito nas nossas instituições de ensino superior. A qualquer instante, sem nenhum aviso prévio, os senhores podem chegar e com certeza os senhores que eventualmente não conhecem o que é feito a nível do ensino superior, serão surpreendidos. O que não podemos aceitar é que com quase 18 meses de governo as Universidades não tenham sido sequer visitadas pela Secretaria à qual elas estão ligadas.

Senhores, para terminar agradeço o espaço que nos foi concedido e gostaria de deixar como última afirmação da parte dos Reitores que nós não entendemos que o ensino possa ser tratado no nosso Estado de maneira compartimentalizada, nós não conseguimos enxergar e entender em investimentos no primeiro, no segundo ou no terceiro grau de maneira isolada. Nós precisamos tratar o ensino no nosso Estado de uma maneira isolada. Nós precisamos tratar o ensino no nosso Estado de uma maneira séria, enxergando que não existe primeiro grau com qualidade sem o segundo e o terceiro e assim sucessivamente.

Senhores Deputados, estamos numa luta, uma luta digna, uma luta justa, uma luta para o desenvolvimento efetivo do nosso Estado. Por favor, ajudem-nos. Nós, ensino superior, sobreviveremos, não cairemos. Mesmo que tentem nos derrubar nós não cairemos. Por favor. Somem-se a nós nesta luta.

(Aplausos).

O SR. NEIVO BERALDIN - Pela ordem, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Antes de conceder a palavra pela ordem ao Deputado Neivo Beraldin, nós, em nome da Mesa Executiva, agradecemos a presença de todos os Senhores Reitores, dos Diretores de Faculdades isoladas, dos senhores alunos presentes, dos senhores membros dos sindicatos, Jesus, nosso amigo de Ponta Grossa e neste instante cada Deputado tem um minuto para fazer o seu pronunciamento e o Reitor se nos desse a honra queríamos que permanecesse ali e tem dois minutos de resposta em cada inquirição.

O SR. NEIVO BERALDIN (Pela Ordem) - Senhor Presidente, quero me associar com as boas vindas aos diretores, a todos os dirigentes das nossa Universidades que se fazem presentes hoje aqui nesta Casa.

Apresento à Mesa hoje um requerimento solicitando informações da Secretaria de Ciência e Tecnologia para que informe a esta Casa quais são as despesas com as universidades e as faculdades que o Estado tem obrigação de dar os seus recursos. Por outro lado solicito também da Secretaria que me informe a planilha de gastos de cada Universidade e de cada faculdade, a fim de que esta Casa tenha os conhecimentos verdadeiros de quanto o Estado investe no ensino de terceiro grau e também tem o dever esta Casa e tem o dever o Governo do Estado de saber a planilha de gastos de pessoal, professores, custeio, enfim uma ampla cirurgia para que cessem essas dúvidas, porque eu já estive no passado, na Secretaria de Ciência e Tecnologia, e não consegui obter essas informações, por isso faço através de um requerimento que apresento à Mesa, que espero seja aprovado por esta Casa.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Com a palavra o Deputado Jocelito Canto.

O SR. JOCELITO CANTO - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Senhores Reitores, Sindicatos.

Gostaria também de me associar ao pronunciamento do companheiro Neivo Beraldin, e dizer de que, na semana que passou estivemos em Ponta Grossa, junto com os demais Deputados aqui que formam a base de Ponta Grossa nesta Casa, onde nós estivemos discutindo a situação difícil que passa a Universidade, as Universidades do Estado do Paraná. E nós estamos prontos para lutar, cumprimentar os Senhores Reitores que estão dando passo inicial, estão vindo aqui cobrar, estão tendo a coragem de dizer aquilo que realmente tem que ser dito,

no momento de dificuldade que passa o ensino superior.

Quero cumprimentar os Senhores Reitores pela coragem de vir a público, vir aos jornais, vir a imprensa, vir a esta Casa, ir ao Palácio, ser recebido pelo Governador em exercício, e dizer das dificuldades que estão passando, e que o ensino superior do Paraná está morrendo.

E também gostaria de deixar aqui, Sr. Presidente um voto de repúdio ao atual Secretário do Ensino Superior do Paraná, dito pelos Reitores, dito também pelo Sindicato, dito também por várias pessoas ligadas ao Ensino Superior do Paraná, que tem sido uma pessoa distante dos Reitores e da realidade das Universidades. Se o nosso Governador do Estado soubesse que o atual Diretor, comandante desta Secretaria não está cumprindo o que deveria cumprir.

Gostaria que o nosso Líder do Governo levasse esse pedido ao Governador do Estado, para que essa pessoa tivesse um pouquinho mais de competência no seu cargo e visse a realidade que está passando o Ensino Superior do Paraná.

Quero deixar o meu voto de solidariedade aos Reitores e dizer, Sr. Presidente para encerrar, que estamos ao lado nessa luta porque com a Universidade falida, nós não teremos jovens formados.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Deputado Rosinha com a palavra.

O DR. ROSINHA - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Reitores e companheiros presentes.

Ouvi o Reitor dizer que o Estado não tem uma política para a área educacional, especificamente na área universitária. Talvez possamos dizer que tem uma política: a política que visa que o "status quo" seja mantido, o "status quo" da ignorância, o "status quo" da falta de acesso ao ensino do 1º ao 3º Grau, isso é proposital, é um comportamento da elite brasileira, para que esse Estado tenha esse tipo de política na qual não se constrói uma sociedade igualitária, ou uma sociedade sem explorados, sem oprimidos.

É para que a sociedade ou parte dela mantenha-se ignorante. Então, é um papel definido e propositalmente cumprido pelo Estado. Não é que eles não queiram que o Estado não tenha uma política. Ela tem, mas não no rumo na qual nós desejamos, que é o rumo da transformação, o rumo de crescimento de todos nós com informações.

E justamente, eles mantêm essa política e eu quero aqui plagiar o Professor Romeu Miranda da APP, que recentemente esteve nessa tribuna, quando ele diz, essa política é mantida com o discurso do custo

benefício em educação, eles querem e desejam medir o custo benefício, como se isso fosse mensurável. E aí disse inclusive o Professor Romeu: "Pois pague para ver o custo benefício e mantenha a atual política econômica, financeira, educacional que nós, sociedade veremos qual será o custo da ignorância que este País vai ter que suportar num momento bastante próximo.

Nesse sentido, com Parlamentar de segundo mandato, que tem acompanhado as políticas dos últimos anos, anteriormente Vereador, é nesse sentido que quero dizer, que essa política é proposital e ela é existente, porque não se tem vontade de mudança, e aqui dentro é flutuante, hoje, aquele que está na Oposição, amanhã está na situação e daí defende a política do jeito que ela vinha sem alterar. E isso, custa caro! É difícil, e é longa a luta, e a batalha. Mas, podem contar conosco e com a Pancada do Partido dos Trabalhadores.

(Aplausos).

O SR. PÉRICLES MELLO - Queria cumprimentar

o Reitor Roberto Frederico, digníssimo Reitor da Universidade, o Presidente da FIESP e demais Reitores, Diretores de Faculdades isoladas, os Professores e dirigentes e Sindicatos, Associações Docentes, funcionários e estudantes que estão presentes.

Na condição de Presidente da Comissão de Educação desta Casa, nós temos Deputado Luiz Carlos Zuk nos batido desde o ano passado, pela causa do ensino superior.

Realizamos em Ponta Grossa, em setembro, o primeiro Fórum Paranaense de Ensino Superior, encaminhamos a carta de Ponta Grossa ao Governo. Desse Fórum participaram não só os Reitores e Diretores de Faculdade, mas também todos os dirigentes e Sindicatos de Professores, funcionários, estudantes das Universidades paranaenses, e infelizmente de lá para cá a situação só piorou, o governo não encaminhou nenhum projeto à esta Casa.

No final do ano passado, realizamos o Fórum Paranaense de Ciência e Tecnologia, apresentamos um Projeto Substitutivo ao Deputado Orlando Pessuti, junto com o Joel Coimbra, com o Eduardo Trevisan e outros Deputados, e infelizmente, até agora não pudemos votar esse Projeto, porque a Liderança do Governo não permitiu que ele fosse votado, por ordem do governo.

E agora, sem discutir absolutamente com ninguém, não fomos convidados nenhuma vez, Deputado Luiz Carlos Zuk, a comparecer no Palácio para discutir o Artigo 205. O Secretário de Ciência e Tecnologia, quando convidado não compareceu, aqui no nosso Fórum. E de repente o governo manda

um projeto e quer aprovar em regime de urgência, que não tem nada a ver com a luta histórica da comunidade científica e das Universidades paranaenses com relação ao Artigo 205. Na verdade é um engodo, o Governo quer repassar apenas 20% do valor que teria que repassar para Ciência e Tecnologia, o restante passa pela EQUIPAR os chamados projetos estratégicos, ou seja, o dinheiro da Ciência e Tecnologia vai ser usado para financiar investimentos que o Governo Lerner julga estratégico.

Nós na condição de Presidente do Conselho de Educação, queremos colocar desde já às Lideranças aqui reunidas, para na próxima semana uma reunião, para analisar com rigor e com profundidade esse projeto que veio do governo para regulamentar o Artigo 205 e também o Projeto que não foi discutido com ninguém, sobre a prestação de serviços que as universidades podem fazer.

Nós acreditamos, que o governo asfixie as universidades para poder gerar a idéia, a ideologia do ensino pago, e negamos esse propósito, Deputado Luiz Carlos Zuk, magnífico Reitor Roberto Frederico Merhy.

Então, quero repetir que estão todos convidados, vamos mandar um convite para cada Instituição, para cada Sindicato, para cada Diretório de Estudantes para fazer uma ampla reunião, para debater com profundidade essas duas Mensagens que vieram do Governo do Estado nesta Casa.

Muito obrigado!

O SR. PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES - Senhor Reitor, Roberto Merhy, estivemos na reunião em Ponta Grossa, nessa semana que passou, com os demais representantes da nossa cidade, aqui na Assembléia Legislativa, levantamos algumas posições, discutimos e vimos da necessidade que as universidades do Paraná enfrentam.

Acho, que o Governo do Estado do Paraná, tem que olhar com olhos diferentes para essa situação e achar uma solução. A solução quando a gente tem vontade, a gente encontra.

E hoje mesmo, eu falava com o Líder do Governo Deputado Algaci Túlio, para analisarmos em conjunto com a Liderança do Governo, com as Lideranças dos Partidos que apoiam o Governo Jaime Lerner nesta Casa, para juntos encaminharmos uma proposta de solução para o Poder Executivo, para que discutamos, para que o ensino superior do Estado do Paraná seja visto com outros olhos.

Acredito, que aqui dentro desta Casa, da Assembléia Legislativa do Paraná, as universidades, as faculdades têm apoio total e integral. Contem conosco e vamos achar a saída para esse impasse que o ensino superior enfrenta nesse momento

dentro do Estado do Paraná.

Conte com o nosso apoio, e com o meu especialmente.

O Sr. Irineu Colombo - Rapidamente, Senhor Presidente, quero cumprimentar o Senhor Frederico, e estendo o meu cumprimento também aos demais Reitores, professores e funcionários. Dizendo que na qualidade de professor também nós temos sistematicamente defendido que educação nunca é demais, seja desde o pré-escolar, ao ensino das deficiências ao ensino básico do 2º Grau, ao ensino tecnológico e, muito especialmente, o ensino superior.

Nesse momento há uma preocupação com o alinhamento político, que tem adotado o Governo do Estado. E parece que essa diretriz é que vai se confrontando com a perspectiva e a dinâmica das universidades do Estado do Paraná. Nós temos que identificar o foco.

Em primeiro lugar, desde os projetos, com regulamentação ao artigo que trata da Ciência e Tecnologia. Quando se quer destinar recursos da educação para empresas do setor privado. Quando se quer desviar os recursos da verdadeira finalidade, da pesquisa autônoma, verdadeira, ligada aos interesses da sociedade e, não os interesses de grupos. Aí, nós temos, o verdadeiro político. Parece-me claro, que aqui existe um enfrentamento político para o bem da sociedade do Paraná. Assim como estão surgindo cursos, como na região Oeste, que nós defendemos e queremos, mas ao mesmo tempo, nós não podemos admitir que dentro da diretriz do Governo do Estado, se esteja espezinhando o salário do professor.

E bem verdade que educação não se faz só com salário, mas tirar professor da sala de aula, por força das circunstâncias, dele trabalhar como camelô, como nós temos visto. Pessoas vendendo pastel, tiram mais dinheiro do que um professor que tem mestrado. Isso é uma vergonha para o Estado do Paraná e jamais vai ser motivo de propaganda para o resto do Brasil.

Portanto, quero conchamar aos Senhores Reitores uma tarefa de enfrentamento político, quando se trata da votação, aqui, do orçamento. Convidá-los para o embate com os deputados estaduais. E com certeza todos os deputados estaduais vão colocar mais recursos para o orçamento, pelo menos para o ano que vem, para atender a ansiedade desse setor.

Muito obrigado.

(Aplausos)

O SR. EMERSON NERONE - Senhor Reitor da Universidade de Ponta Grossa, Senhores Reitores, sindicalistas, professores, aqui presentes.

Quero me somar também com as palavras do Deputado Rosinha, quando acho que o Poder Público do Governo do Estado do Paraná tem sim, uma política muito clara para as universidades do Paraná. Uma política de desmonte, de sucateamento, que vai levar o ensino do 3º Grau, provavelmente, a ser terceirizado, porque aqui não se fala de privatização. Aqui se fala de privatização, e, em nome de não gastar dinheiro do Estado com 3º Grau, que dizem, as pessoas ligadas ao Governo, que não é papel do Estado, o 3º Grau.

Em compensação, nós trouxemos da França, uma empresa, e vamos aplicar com o dinheiro do Fundo do Desenvolvimento do Estado do Paraná, cento e cinquenta mil reais para cada posto de serviço criado na empresa francesa, aqui no Paraná. E os técnicos de nível superior vem de lá também, vem da França. Daqui só vem, aqueles que servem como colônia, como mão-de-obra barata.

É por isso exatamente, que também o Secretário de Ciência e Tecnologia vem de lá, vêm da Inglaterra. Veio com desconhecimento completo de causa, da nossa causa, mas não da causa da política do Estado do Paraná. A política de sucateamento, de colonialismo à que somos impostos por essa política neo-liberal colocada na sua forma mais clara, na educação de 3º Grau, no Paraná.

Nós gastamos 2,7% orçamento do Estado com 600 homens, que se chama Tribunal de Contas do Estado do Paraná. E gasto ali 2,7%. naquele pedacinho de chão, com meia dúzia de conselheiros, que gastam fortunas para, em nome da moralidade, julgar as contas e só reprovam contas de cidadezinhas pequenas, exatamente porque serve de barganha política e de política de mando, nesse Estado. Nós gastamos no Poder Judiciário 7 a 8%, num Poder Judiciário servil, que não serve à grande população do Paraná.

Por isso, são apenas constatações para mostrar que eu acho que tem, sim, uma política bem definida para o 2º Grau.

Senhor Reitor, toda vez que nós discutimos as universidades do Estado do Paraná, na Assembléia e agora há pouco ainda, quando discutíamos uma extensão, uma contratação de professores lá para União da Vitória, através de concurso na sua universidade, na Universidade de Ponta Grossa, e foi ventilado por que não se federaliza as Universidades do Paraná. Ao invés de discutirmos com seriedade e autonomia a gestão por parte das Universidades, a pergunta que sempre vem à tona é por que não se federaliza essas Universidades?

Gostaria que o Senhor discorresse um pouco na sua resposta sobre isso, sabendo

que na minha opinião é que deveríamos discutir profundamente autonomia, mas, já que isso sempre vem à tona eu gostaria que o Senhor discorresse um pouco sobre isso.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - O Reitor tem dois minutos para resposta.

O SR. FREDERICO - É evidente que esse é um assunto que não tem sido discutido profundamente dentro das nossas Universidades. Primeiro porque o Ensino Superior Público Federal também está em crise, há o mesmo tipo de dificuldade que nós estamos tendo - o Ensino Público Estadual Paranaense, os Senhores são testemunhas que está ocorrendo a nível de Governo Federal também, com as Universidades Federais.

Segundo, realmente tem se dito que algumas máximas que nem sempre representam efetivamente aquilo que os números comprovam de que o Estado do Paraná é o Estado que mais se investe no Ensino Superior; e que Estados - por exemplo, como o Rio Grande do Sul - não investe um único centavo a nível de Ensino Superior Estadual e tem todo o seu Ensino de 3º Grau Federalizado. Lá é 100% Federalizado, o Paraná realmente tem um gasto grande com o Ensino Superior, tendo em vista o excesso ou o número se comparado com o Rio Grande do Sul, por exemplo, de Universidades e Faculdades.

Entretanto, acho que a saída não é Federalizar, acho que a saída é lutar perante o Governo Estadual até entender direito o que que significa ensino público e quem é responsável pela sua manutenção.

Não entendo como, exemplo, um Estado como o Rio Grande do Sul tem todo o seu ensino Federalizado e por que que verba semelhante não exigida pelo Estado do Paraná para sustentar o seu ensino estadual que é mantido, ou pelo menos verba semelhante ao que sustenta o Federal no Rio Grande do Sul, não é mandada ao estado do Paraná, tira-se o que é da Federal e o restante que seja destinado a complementação por exemplo, das verbas destinadas para o 3º grau estadual.

O que o Paraná tem substituído, com relação a 11 Estados, a competência do Governo Federal, eu acho que isso é patente, mas não creio que a solução seja simples a ponto de se tirar dos ombros de um estado e se jogar nos ombros da União, porque na realidade isso não me parece que melhoraria qualidade, não me parece que melhoraria absolutamente nada de ensino superior, com a situação que está sendo vivida no País, como um todo.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Concedo a palavra ao Deputado Elío Rusch.

O SR. ELIO RUSCH - Senhor Presidente, Srs. Deputados, prezado Reitor da Universidade de Ponta Grossa, os demais Reitores e Professores das Universidades do nosso Estado, aqui presentes.

Nós estamos conscientes e sabedores das dificuldades que atravessa a atual conjuntura do nosso País, principalmente educacional, não só do Paraná, mas do Brasil inteiro.

Disse o nosso amigo Reitor há pouco, comparando o Estado do Paraná com o Rio Grande do Sul, infelizmente no Estado do Paraná nós temos apenas uma Universidade Federal, enquanto que no Rio Grande do Sul nós temos 4 Universidades Federais.

Se nós pegarmos outros Estados da Federação nós temos o mesmo exemplo, e aqui no Estado, infelizmente, para a Universidade Acadêmica, nós temos as nossas Universidades Estaduais de Londrina, Maringá, Ponta Grossa, a UNICENTRO, a UNIOESTE e mais uma dezena de faculdades isoladas.

Nós sabemos das dificuldades em que o Governo, se encontra na situação econômica e financeira pela sua própria receita que ele tem. Eu vivo o dia-a-dia os problemas da UNIOESTE, da região que eu represento aqui na Assembléia Legislativa, e quando olho a minha esquerda eu vejo o Reitor Frederico Merhy, que enfrenta grandes dificuldades, na minha cidade em particular, Marechal Cândido Rondon, que sedia um dos campos da UNIOESTE Agronomia, está implantada, mas faltam equipamentos, falta material, e assim são os outros cursos mais. Em Cascavel está em fase o curso de Medicina e Odontologia, tudo isso requer recurso. E recentemente junto com o Deputado Edgar Bueno, que tem feito um levantamento na Secretaria de Ciência e Tecnologia, e nós nos assustamos com os números que nos foram apresentados. O Estado do Paraná deve gastar 180 milhões de reais esse ano com o terceiro grau.

O Estado do Paraná gasta quase um bilhão de reais no ensino fundamental, ou seja 1º e 2º grau, para um universo de 1 milhão e 400 mil alunos. No 3º grau, é lógico o número é bem inferior. Sabemos nós que o Governador Jaime Lerner, através da Secretaria de Ciência e Tecnologia e Ensino Superior, está exatamente procurando encontrar esses recursos para atender essas faculdades. E se ele não encontrar isso, nós chegaremos ao caos. Acho que nós deveremos unir as nossas forças.

Desculpe, Reitor se vou discordar do seu pensamento, acho que o Paraná tem que lutar sim, para que nós possamos federalizar uma ou duas Universidades Estaduais, porque dessa forma, nós estaremos aliviando também os encargos do Estado e teremos recursos para injetar em outras faculdades Estaduais, Isoladas ou mesmo as próprias

Universidades.

Nós somos solidários, ao vosso movimento, mas nós devemos entender as duas partes, entender o anseio, o desejo, a necessidade de um maior incentivo, maior implementação no 3º grau, mas por outro lado, devemos entender os fracos recursos que o Estado tem para ser injetado. Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk0 - Concedo a palavra ao Deputado Joel Coimbra.

O SR. JOEL COIMBRA - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Reitores.

A situação das Universidades é uma questão que preocupa a todos nós. E penso que não é possível dizer, que os Deputados estejam alheios a ela. Afinal, na legislatura passada, foi discutido amplamente aqui a questão do Artigo nº 205, e me parece que não foi por culpa da Assembléia que ele não foi aprovado. Nessa legislatura, nós podemos dizer que já está nessa Assembléia um Fórum permanente sobre um debate da questão Universitária. Afinal, a partir de um projeto do Deputado Orlando Pessuti, discutimos na Comissão e Justiça, discutimos na Comissão de Educação, realizamos um Projeto Alternativo. Fizemos alguns Fóruns aqui na Assembléia, fizemos fórum na Universidade de Ponta Grossa, fizemos um fórum na Universidade de Maringá, e todos esses Fóruns com o apoio da Assembléia Legislativa, que inclusive, destinou até auxílio financeiro. E posso afirmar com tranquilidade, que há uma ansiedade nesta Casa, quanto a remessa do Projeto de Lei do Governo dispondo sobre a questão do Artigo nº 205, sobre a questão da autonomia universitária e sobre a questão de planos e cargos de salários.

Mas uma questão, meu prezado Reitor, intriga-me, e gostaria de vê-la resolvida, até porque é fundamental para o sucesso da nossa atividade parlamentar, que haja uma harmonia de procedimentos, que haja uma estratégia de ação comum.

Dias atrás participamos de uma reunião no gabinete do Dr. Giovani, estavam presentes além do Dr. Giovani, o representante da Secretaria da Ciência e Tecnologia, o representante SBPC, estava presente V.Exa. representando os Reitores, e eu me recordo que naquela ocasião, não houve manifestação de discordância com relação ao projeto.

Até um companheiro - que não me lembro o nome - de Londrina, fez uma ardorosa defesa do projeto então apresentado. Quando foi a minha surpresa que, depois conversando com os integrantes das associações de docentes, do sindicato de servidores, pelas associações de funcionários,

recebemos a informação de que este projeto não era o projeto ideal. Dias atrás, nesse movimento extraordinário que foi realizado no Paraná, participei em Maringá de um debate e, percebi que não estava ocorrendo uma harmonia de entendimentos, uma harmonia de procedimentos.

Então a minha pergunta é a seguinte: nesse debate está havendo uma ação conjunta entre a FIESP, a Associação de Docentes, Associações de Funcionários e o Sindicato de Funcionários?

No mais, juntamente com os colegas nos colocamos à disposição da comunidade universitária e de todos os seus segmentos para analisar e debater o projeto.

Muito obrigado.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI - Senhor Presidente e Senhor Reitor.

Queria, em nome da Bancada do PMDB aplaudir a coragem com que o Senhor foi a esta tribuna e denunciou a penúria do ensino público superior no nosso Estado. Não é na verdade diferente do que nós estamos assistindo aqui em Curitiba, na Universidade Federal do Paraná que, depois de um longo período de greve tenta-se agora encontrar uma solução negociável.

Nós aqui, Professor Roberto, temos ouvido aqui, principalmente através, que eu considero o porta-voz da Universidade de Ponta Grossa e extensão ao ensino superior, as palavras sempre argustiantes, do Deputado Péricles, que tem sido um porta-voz, mesmo da dificuldade porque passa as universidades e faculdades isoladas do nosso Estado.

Nós temos assistido, claro nossas televisões estão sendo invadidas pela propaganda farta do Governo Estadual, como se o Paraná vivesse uma grande transformação, e está nos parecendo que a borboleta vai acabar virando casulo, até pela sua expressão nesta tribuna. Queria fazer uma pergunta ao Senhor, porque nessas conversas de corredores, que o Senhor bem se referiu, se diz o seguinte: que o Governo Estadual está gastando em números absolutos e em valores absolutos, mais do que se gastava anteriormente, e que, por conseguinte, os salários na verdade estão achatados, porque as universidades, as faculdades criaram funções gratificadas e que oneraram sobremaneira as folhas de pagamento.

Queria saber, em primeiro lugar, se é verdadeira esta afirmação dessas conversas de corredores, e em segundo lugar manifestar em restrita solidariedade da Bancada do PMDB, inclusive na discussão que trabalhamos agora na LDO e no Orçamento, até porque o Deputado Durval Amaral integrante da nossa Bancada é o relator da proposta orçamentária, e seguramente nós trataremos

com maior carinho de se transferir recursos para as nossas universidades e faculdades.

Meus parabéns pela sua coragem de falar de forma clara e alta, para que todos possam ouvir a situação que passa o ensino superior no Paraná.

Muito obrigado.

O SR. FRANCISCO FREDERICO MERRY - Primeiro: o Estado do Paraná realmente gasta algo parecido com 180 milhões de reais/ano, com as instituições, 16 instituições de ensino superior mantidas pelo Estado. A Universidade Federal do Paraná, está em crise, está em greve, saiu agora há pouco de greve, o orçamento da federal é de 285 milhões de reais, cem milhões a mais do que todo o orçamento destinado para as 16 instituições do Estado do Paraná. Então o número absoluto pode chocar, mas se nós compararmos...

Segundo: se houve o debate com relação ao art. 205 dentro das Universidades? Este debate houve e é evidente que não existe uma posição única dentro da Universidade. Até pela própria razão da existência da Universidade lá é onde existem os confrontos, onde existem as opiniões divergentes.

Então existe o debate, existe alguma coisa assim. Naquela reunião que participei, realmente foi nos dito, que aquele seria o único projeto viável digamos de ser aprovado e contar com a efetiva aprovação.

Entretanto, algumas reivindicações mínimas que foram feitas, como, por exemplo, ao invés de contar para a Fundação Araucária de até 20%, a troca por, no mínimo 20%, isso não foi atendido. E em relação àquele texto que conhecíamos, não é, houve alteração por completo de um capítulo inteiro na proposta.

Terceiro: quanto às funções gratificadas. Estas funções gratificadas sempre existiram na universidade. Então está se fazendo um "Cavalo de Batalha", em cima de uma coisa que não é tão significante assim. As funções gratificadas sempre existiram. O que soubemos há um mês atrás é que quando as universidades foram transformadas em autarquias, em 1992, deveria ter sido criado, naquela Lei, que transformou e isso nos foi dito há um mês, deveriam ter sido criadas, naquela Lei, os cargos e funções comissionadas que já existiam antes.

E na realidade a Lei ampara dizendo que os cargos e funções existentes, existe um Decreto que me foge à cabeça agora, que ampara e diz: Os cargos e funções existentes na universidade serão amparados e ficam recepcionados e serão regulamentados pela legislação específica.

E nós entendemos que aquilo era sufici-

ciente. E, para nossa surpresa, no mês passado em reunião que tivemos com 3 Secretários de Estado, que deveria ter sido feito - lá atrás - não pelas universidades e faculdades, mas pelo Estado e submetido à apreciação desta Assembléia, talvez a criação de todas aquelas funções na própria Lei para, quem sabe, trabalharmos com as funções já existentes. Funções que existiam anteriormente e que o Estado tem conhecimento destas funções e sempre pagou estas funções gratificadas às instituições de ensino superior.

Entretanto, agora, temos visto para nossa surpresa, jogando na Imprensa que, de repente, professor não tem aumento por causa de função gratificada. Pelo amor de Deus! Se isso leva à falência do ensino superior e são os cargos já existentes e em Estatuto aprovados em regimento e que foram entregues, agora, isso que chamei de mentiroso na minha sala anterior, foram entregues todas as funções e seus números que são pagas em todas as instituições de ensino superior, Ciência e Tecnologia. Se entender que é demais, a Secretaria, ela que ... ou que está existindo abuso, meu Deus do céu, o Tribunal de Contas sempre aprovou as contas de todas as universidades. O que não aceitamos é que fique se falando coisa ou colocando coisas, maldosamente, para que possam ser mal interpretadas pela opinião pública.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Com a palavra o Sr. Deputado Eduardo Trevisan.

O Sr. Eduardo Trevisan - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Por pertencer à Comissão de Educação e Cultura da Assembléia e acompanhar o trabalho que essa Comissão vem desenvolvendo sob a Presidência do Deputado Péricles que merece o elogio de todos nós pelo empenho e pela maneira dedicada com que vem exercendo este cargo, é que me senti estimulado a também manifestar o meu apoio irrestrito às reivindicações de toda a comunidade universitária do Estado do Paraná.

Tenho acompanhado realmente a luta desde que assumi o cargo aqui de Deputado e sei que ela é uma luta realmente muito difícil. As instituições vêm convivendo com poucos recursos, as demandas educacionais são diversas, a demanda por melhoria na qualidade de ensino por parte dos estudantes ela é realmente muito forte, a demanda salarial dos professores e funcionários também é e todos os agentes e atores que atuam no circuito de ensino superior do Estado do Paraná querem a melhoria da qualidade de ensino, querem o desenvolvimento das instituições, querem ampliar e manter o espaço físico, querem prover realmente

os alunos de um ensino de qualidade e querem que todos os professores e funcionários percebam um salário condizente com as altas responsabilidades que eles executam nas instituições. Por outro lado, nós temos os argumentos do Estado. O Estado está sem recursos e não é de hoje, é de muitos anos.

Nos dias de hoje ele já vem gastando constantemente mais de 80% de toda a sua Receita, só com a folha de pagamento dos servidores dos três poderes e de todas as instituições oficiais e o Estado neste momento não teria recursos para atender essas reivindicações que vêm sendo feitas não é de hoje por todas as instituições.

Então, entendo que o momento agora é de buscarmos caminhos, é de buscarmos alternativas e soluções para este problema. A permanecer esta realidade e que já vem acontecendo há muitos anos, que as instituições reclamam por mais recursos e o Estado alega que não tem capacidade para fazer frente a essas reivindicações e a gente corre o risco de ficar ainda muitos anos, nesta mesma realidade e acompanhando a deterioração permanente do ensino superior público aqui no Estado do Paraná e isto é preocupante para todos nós. Nós sabemos as funções, nós sabemos a importância do ensino superior na formação de um pensamento de uma sociedade, de uma Nação, basta ver aí o exemplo desses países de grande história, como a Itália.

O que dizer da Itália sem a Universidade de Bologna, se a formação da consciência nacional, que ocorreu em muitas universidades existentes, de países como a França, a Universidade de Sorbonne que foi responsável pela formação de muito da consciência nacional do povo francês e desses princípios até que inspiraram a revolução francesa.

Então, nós sabemos desta importância e é por isso que nós queremos colaborar na solução do problema. As nossas instituições, a estrutura das nossas instituições públicas, então a gente sabe de todos esses problemas, tem acompanhado e é por isso até que estou ocupando este espaço, tomando o tempo de todos vocês, para manifestar, como membro da Comissão de Educação e Cultura, o nosso apoio irrestrito, a nossa solidariedade as suas reivindicações. Mas, mais do que isto, acho que é chegada a hora de tanto as instituições e os seus dirigentes, como também o governo estabelecerem um novo estilo de discutir a questão. É importante de a Secretaria de Ensino Superior abrir as suas portas e entender que todos os dirigentes, os reitores, os diretores e toda a comunidade universitária se constituem de colaboradores na busca de soluções.

Em primeiro lugar, confiar muito nos

dirigentes das instituições. Quando aqui se fala, se quer saber quais são os gastos, se existe gratificação, dá uma impressão de desconfiança, essa coisa de caixa preta. Temos que, em primeiro lugar entender que as instituições são dirigidas por pessoas de responsabilidade, pessoas que têm história nas comunidades em que vivem e que já vêm exercendo as suas funções de professor, de dirigentes de instituição de ensino superior e que vêm fazendo com seriedade, com dedicação, com honestidade.

Então, este é o primeiro ponto que tem que haver. E por outro lado os dirigentes ao sentirem essa abertura tem que entender que o momento não é só reivindicando mais verba, pedindo mais dinheiro, o momento é de com inteligência, com criatividade apresentarem alternativas, soluções.

Nós começamos a discutir aqui, o ano passado, lá com o Deputado Péricles, da Comissão, como é que ficariam as instituições isoladas. As instituições isoladas. As isoladas são muito isoladas, são abandonadas, o ensino é deteriorado. Discutiu-se em criar uma Universidade do Estado do Paraná, unindo todas as onze, discutiu-se a integração delas nas nossas universidades, a discussão ficou parada.

Então para concluir, discutir, voltar e trazer à tona essas discussões, vindo das instituições e apresentando a Secretaria ao governo, qual seria a solução adequada sem que isso necessariamente, mas não já impedimento, qual a solução que seria mais adequada? Discutir a questão da autonomia universitária, aceitar a autonomia com responsabilidade, assumindo o compromisso de que criando a autonomia e tendo uma porcentagem carimbada no orçamento, as Universidades assumem a responsabilidade de conseguir gerir a sua estrutura com este percentual que foi fixado em orçamento, e outra discussão que eu acho importante, voltar a discutir a questão da gratuidade com muita maturidade porque é um tema da mais alta relevância.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Muito obrigado ao Deputado Eduardo Trevisan e concedo a palavra ao ilustre Deputado Toti Colaço.

Um minuto.

Pela Ordem, concedo a palavra ao Dr. Rosinha.

O SR. ROSINHA (Pela Ordem) - Se entendi todo o pronunciamento do Trevisan, é para dizer que ele vai apresentar um Projeto de Lei, fazendo o ensino pago no Estado do Paraná.

O SR. TOTI COLAÇO (Pela Ordem) - Queria cumprimentar V.Exa. pelo fato de ter

autorizado democraticamente que ao Reitor da Universidade de Ponta Grossa e em nome dos demais Reitores, pudessem estar presentes aqui nesta tarde, e com muita transparência, com muita coragem, com muita determinação colocar a situação do ensino de 3º Grau, que se encontra no Estado do Paraná aqui na nossa Assembleia Legislativa, os nossos cumprimentos, a nossa solidariedade a V.Exa. e os demais Reitores e alunos das nossas Universidades e Faculdades.

Gostaria de fazer a seguinte pergunta ao eminente Reitor: está tramitando na Assembleia Legislativa um Projeto de Lei, de autoria do Deputado Valdir Rossoni, é um Projeto autorizatório que cria uma extensão da Universidade de Ponta Grossa, do Curso de Direito para a Faculdade de União da Vitória, está tramitando aqui nesta Casa. Gostaria de saber do Reitor, qual é a sua opinião, tendo em vista enormes dificuldades expostas aqui a respeito da situação financeira das universidades, qual será o parecer da Universidade de Ponta Grossa, até porque eu, como representante de Irati, teria um interesse que através da UNICENTRO, pudéssemos criar alguns cursos a mais lá.

Era isso. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Magnífico Reitor tem 2 minutos para resposta e um minuto para as suas despedidas.

O SR. FREDERICO - Deputado, a Universidade Estadual de Ponta Grossa mantém hoje três campus avançados, já funcionando. Em Telêmaco Borba, em Castro e em Palmeira.

E a filosofia básica dos nossos campus avançados é uma que eu procurarei resumir em dois minutos.

Primeiro, os cursos são rotativos, de maneira a garantir a sua rotatividade e o atendimento a reais necessidades da população da região onde nós trabalhamos.

Segundo, a Universidade fornece única e tão somente os professores que lecionarão nesses cursos, e o suporte operacional para funcionamento, estrutura universitária, colegiados de curso, departamento, etc.

Todas as despesas, espaço físico, equipamentos, livros, transporte de professores de Ponta Grossa para cada um destes centros etc. Todas as despesas, repito, todas as despesas: espaço físico, equipamentos, livros, transporte de professores de Ponta Grossa, a cada um desses centros e etc, são bancadas pela Prefeitura Municipal dos locais aonde nós temos os campus.

Então, os campus avançados como nós mantemos em Castro, Telêmaco Borba e Pal-

meira, eles não oneram em absolutamente nada o ensino superior para nível estadual, estadualmente falando, e não oneram ou não tiram parte dos recursos da universidade. Pelo contrário, ao final da execução de cada curso, 3 anos em curso "x", os livros e equipamentos que foram comprados pela prefeitura daquela cidade para durante aquele tempo se manter aquele curso, retornam à Universidade Estadual sede para que possa ser incorporados ao acervo da instituição.

Então, é uma forma da universidade atender à população da região onde ela está inserida, sem ônus adicional para o Estado e sem corte do valor do rendimento, do valor financeiro destinado às universidades. Não sei se me fui claro.

O SR. TOTI COLAÇO - Estou satisfeito, Reitor, porque na verdade abre-me um espaço, abre-me uma perspectiva para que eu adentre com o Projeto de Lei para atender a minha querida Irati, através da UNICENTRO.

Obrigado.

O SR. ALGACI TÚLIO (Pela Ordem) - Gostaria apenas, de fazer uso também da palavra, para dizer também da nossa solidariedade sim.

Porque, como tenho dito nesta Casa, Senhores Reitores, até o ano retrasado nós éramos Oposição a esta Casa e cobrávamos uma política na área de ensino superior e ela, infelizmente, não aconteceu.

E este ano nós temos a obrigação de aplicar essa política. E por essa razão o governo do Estado do Paraná está empenhado, está preocupado e quer encontrar o caminho, quer encontrar uma solução.

Nós ouvimos aqui alguns pronunciamentos, talvez levados pelo lado emocional, num período eleitoral, talvez até no fórum que não fosse adequado, talvez fosse mais adequado na Comissão de Educação para a qual nós traremos o Secretário da Ciência e Tecnologia, traremos todas as informações necessárias, a Casa já recebeu no final da semana duas Mensagens, a que cria CONSITEC - O Artigo 205 e a outra Mensagem que permite as instituições de ensino superior mantidas pelo Governo do Estado, autoriza a prestar serviços ou produzir bens para terceiros e repassar parte da receita arrecadada com essas atividades.

Tenho a impressão, que o Governo do Estado, se até então não tinha uma política na área de ensino superior, começa a esboçar essa política, e é essa a intenção do Governador Jaime Lerner. Nós não podemos num espaço de um ano e cinco meses resolver todos os problemas do Estado do Paraná. Agora, que temos as intenções, as melhores intenções, nós temos.

E para isso é que o Governador quer a colaboração dessas cabeças pensantes no sentido de nós encontrarmos essa saída.

Por isso, não me sinto absolutamente constrangido em ouvir na tribuna, o Reitor fazer as suas colocações, porque foram praticamente as mesmas feitas em anos anteriores, aqui mesmo nesta Casa, e que nós também naquele momento nos colocamos solidários a esta posição. Temos a obrigação, nós Bancada Governista, Bancada de Oposição, esta Casa no todo e os Senhores Reitores, a obrigação de encontrarmos o caminho.

Não é o momento para se jogar farpas de um lado, de outro, ninguém aqui está preocupado em saber de cargos de comissões que cada setor tem, a sua maneira de agir. Temos certeza que todas as Universidades agem com a maior responsabilidade, ninguém coloca dúvidas aí. Agora, o que nós precisamos encontrar é o caminho para podermos aplicar esta política da Ciência e Tecnologia.

Tenho certeza, que o Senhor Reitor, terá a solidariedade, a compreensão e a disputa, a vontade de toda a Casa, de toda a Assembléia, não apenas dos Deputados de Oposição, mas de todos nós que queremos aplicar essa política de Ciência e Tecnologia. O governo tem sido aberto, Vossas Senhorias estiveram ainda esta semana com o Governador, aliás semana passada com o Governador em exercício, tem estado em contato com a própria Secretaria e o Secretário Alex Beltrão, uma pessoa de uma inteligência extraordinária, tenho certeza, se colocado nesta Pasta, tem evidentemente a capacidade suficiente para encontrar o caminho, para encontrar a solução.

Tenho certeza, Senhor Presidente, que nós todos vamos trabalhar unidos no sentido de valorizar as nossas universidades e de valorizar a política da Ciência e Tecnologia.

O SR. FRANCISCO FREDERICO MERRY - Senhor Presidente desta Casa, Deputado Luiz Carlos Zuk, Senhores Deputados.

Ao terminar de agradecer o espaço que nos foi concedido e a oportunidade de aqui vir debater com os Senhores e apresentar o problema do ensino superior, gostaria de encerrar nossa participação, mais uma vez agradecendo esta oportunidade e de dizer e deixar muito claro que, em nenhum instante, sobre nenhum assunto, as universidades e as faculdades do Estado do Paraná se negam a sentar na mesa, seja com qual interlocutor for, para discutir este ou aquele problema, a nível da solução daquilo que está ocorrendo com o ensino superior do Estado do Paraná.

Gostaria de deixar muito claro também, que tudo o que nós falamos não foi para

atacar governo, ou contra, ou a favor. E de dizer que este problema vem ocorrendo há alguns anos no Estado do Paraná, mas ele chegou a um ponto que está insuportável. E, por isso, que nós estamos realmente insistindo e batendo e todos somando, a nível de que possamos encontrar, agora, sim, porque não podemos mais protelar a solução para o problema.

Gostaria de reiterar o convite que fizemos no início, para que os Senhores Deputados isoladamente ou em comitiva visitem as instituições de ensino superior, para observarem "in loco" aquilo que existe, que foi investido, que nós temos de potencial, o que se está fazendo, apesar da crise.

Para finalizar, até que para esclarecimento tanto da população, das Secretarias de Estado, da própria Assembléia Legislativa, a FIESP está organizando, a nível de 2º semestre, uma exposição sobre o que faz o ensino superior do Estado do Paraná, todas as suas potencialidades etc. Teríamos a pretensão de fazer esta exposição, ou em algum local que nos fosse permitindo executar nesta Casa, ou a nível de Palácio Iguaçu, para que possa ficar de acesso a todos os parlamentares e a todos os secretários e políticos que labutam, aqui, em Curitiba.

Ainda, em nome do ensino superior, agradecer mais uma vez a presença e dizer que, sempre estivemos e sempre estaremos, todos nós e qualquer um de nós, qualquer dos segmentos da universidade à disposição do interlocutor, que seja, para discutirmos em definitivo o problema do ensino superior do Estado do Paraná, para que tracemos juntos esta política, que como já disse, não é uma política de governo, é muito mais do que isso. É uma política de Estado, do Estado do Paraná. É uma política de todos nós.

Muito obrigado. Esperamos contar sempre com a ajuda e com as receptividades dos Senhores às nossas reivindicações.

(Aplausos)

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - A Mesa Executiva cumprimenta os Senhores Reitores, na pessoa do magnífico Reitor da Universidade Estadual de Ponta Grossa, que nos deu esclarecimentos ao ensino superior, a todos os Senhores Deputados. Cumprimento também os senhores diretores, professores, sindicalistas e alunos, aqui presentes.

Pela primeira vez, já registramos, naquela ocasião, em Ponta Grossa, que irmanamente o corpo universitário dos funcionários, professores, diretores e reitores, estão na luta, agora, somada com todos os Deputados Estaduais desta Casa.

Uma vez mais agradecemos a presença honrosa e educada, com que todos aqui e, não seria de outra forma, estiveram nos brindando com os esclarecimentos feitos, com as posições assumidas e, principalmente, com a luta a ser vencida.

Registramos também o Vereador Edson Presidente da Câmara de Marechal Cândido Rondon. Registro esse feito, pelo ilustre Deputado Elio Rusch e associado pela Direção Executiva.

Terminado o Expediente, passamos à

ORDEM DO DIA,
com a presença de 53 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria dos Srs. Deputados Orlando Pessuti e Nelson Tureck, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei em nº de 03 (três) de autoria do Sr. Deputado Luiz Accorsi, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Algaci Túlio, constante do expediente, solicitando preferência na Discussão e Votação do Substitutivo Geral da Comissão de Finanças, apresentado ao Projeto de Lei nº 282/95, item nº 02 da Ordem do Dia da presente Sessão Ordinária. **Retirado pelo Autor.**

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados.

ITEM 01

VOTAÇÃO EM:

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei Complementar nº 116/96 de autoria do Tribunal de Justiça. Dispõe sobre a criação do sistema, organização, composição e competência dos juizados especiais cíveis e criminais no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Paraná, de conformidade com o Art. 93 da Lei nº 9.099 de 26 de setembro e Art. 109 da Constituição do Estado do Paraná. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. e C.F.. SUBSTITUTIVO GERAL DA C.F.. EMENDA DE PLENÁRIO COM PARECER DA C.C.J..

Em votação a Emenda Substitutiva da Comissão de Finanças. Os Senhores Deputados que aprovam permaneçam aonde estão. Aprovado sem prejuízo das outras Emendas. Consequentemente em votação o Substitutivo Geral do projeto. **Aprovado.**

2ª Discussão em votação a EMENDA DE

PLENÁRIO NO MESMO PROJETO Nº 116/96 COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J..

Concedo a palavra Pela Ordem ao Deputado Florisvaldo Fier.

O SR. FLORISVALDO FIER (Pela Ordem) - Presidente, consulto a Mesa: a Emenda 2, 3 e 4 são Emendas apresentadas ao projeto e não ao substitutivo. A compreensão deste Deputado e da Bancada do PT é que essas Emendas estão prejudicadas, uma vez aprovado o Substitutivo, aí não devem ir mais a Votação.

A Emenda nº 2, 3 e 4.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Que serão subseqüentes a Emenda nº 01 que está sendo votada.

O SR. FLORISVALDO FIER - E a Emenda nº 01, ela é o Substitutivo, e quero fazer a defesa da mesma, uma vez que estamos acrescentando ao Artigo 27 do Substitutivo a palavra intermediária.

Quero só que os companheiros Deputados observem, é o seguinte, para o provimento de cargos auxiliares de cartório oficial de justiça, das entrâncias final de que trata a presente lei, será requisito o certificado de conclusão do 2º grau. Estamos colocando, que deve ser obrigatório também para as entrâncias intermediárias a conclusão do 2º grau.

E colocamos no Artigo 31 que por esquecimento deve-se revogar as disposições contrárias dessa lei, senão, não continua tendo validade. E nesse sentido pedimos a aprovação dessa Emenda, para corrigir inclusive essa Emenda ao Substitutivo.

O SR. LUIZ CLÁUDIO ROMANELLI (Pela Ordem)

- Presidente, é uma questão de mérito aqui da discussão da votação, Senhor Presidente, porque hoje na Comissão de Justiça foram analisadas as 4 Emendas que foram oferecidas ao projeto.

O que foi aprovado pelo Plenário foi o Substitutivo da Comissão de Finanças. A Comissão de Finanças tratou da questão na verdade, da parte econômica da criação dos juizados especiais. As Emendas que foram votadas hoje, pela CCJ, elas tratam, na verdade, da questão da legalidade, da constitucionalidade e do funcionamento dos juizados especiais.

Então, não posso considerar, até porque seria de encaminharmos contrariamente ao que foi votado hoje na comissão de Constituição e Justiça, no relatório do Deputado José Tavares, porque nós, na verdade apreciamos as Emendas a luz do projeto original, ou seja, da Mensagem que foi encaminhada pelo Poder Judiciário. Então, queria que V.Exa., na verdade, esclarecesse a esse Plenário, que as Emendas não es-

tão prejudicadas, ao contrário do que encaminhou o Deputado Florisvaldo Fier.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Em votação a Emenda nº 01, proposta pelos ilustres Deputados Irineu Colombo, Ângelo Varhoni, Emerson Nerone, Florisvaldo Fier e Péricles Mello. COM PARECERES FAVORÁVEIS.

Senhores Deputados que aprovam a Emenda, conservem-se como estão. **Aprovada**, consequentemente incorporada no projeto ou na Lei Complementar nº 116/96. As demais estão prejudicadas.

ITEM 02

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 282/95 de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 046/95 que objetiva alterar os dispositivos que especifica, das Leis nºs. 8.933, de 26.01.89, 8.925, de 28.12.88 e 9.927, também de 28.12.88 que tratam, respectivamente, do imposto sobre circulação de mercadorias e prestação de serviços - ICMS, IPVA e Imposto de Transmissão Causa Mortis, conforme especifica. SUBSTITUTIVO GERAL DA C.C.J. E SUBSTITUTIVO GERAL DA C.F..

Sobre o referido projeto, Emendas de Plenário em nº de 03 (três) de autoria do Sr. Deputado Renato Adur, e também do Sr. Deputado Toti Colaço, devidamente apoiadas, nos seguintes termos:

EMENDA SUBSTITUTIVA DE PLENÁRIO DE Nº 01 PROJETO DE LEI Nº 282/95

O Artigo 3º passa a ter a seguinte redação:

"O Art. 11 da Lei nº 8.927, de 28 de dezembro de 1988 passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 11 - Aplica-se ao imposto de transmissão "causa mortis" e doação de quaisquer bens ou direitos e respectivas multas, atualização monetária e juros de mora observando-se os mesmos coeficientes e critérios utilizados para a cobrança da atualização monetária e dos juros de mora do imposto a que se refere o inciso I da alínea "b" do Art. 155 da Constituição da República Federativa do Brasil, excluindo-se os funcionários públicos estaduais, civis e militares, ativos ou inativos, que ficarão isentos quando favorecidos por direitos hereditários, por doação ou aquisição."

Sala das Sessões, em 28.05.96.

(a) RENATO ADUR

Apoiamento: Antonio Annibelli, Luiz Carlos Alborghetti, Caíto Quintana, Luiz Carlos Martins e Toti Colaço.

EMENDA DE PLENÁRIO DE Nº 02
Acrescente-se onde couber:

"Art... - Sobre o montante devedor não caberão multas."

Sala das Sessões, em 28.05.96.

(a) TOTI COLAÇO

Apoiamento: Carlos Simões, Caíto Quintana, Sâmis da Silva, Renato Adur e 1 ilegível.

JUSTIFICATIVA:

Com o advento da estabilização da moeda, o Brasil precisa passar a limpo seu sistema tributário. Aliás, não é sem razão que tramita no Congresso Nacional uma série de propostas que viabilizarão o sistema produtivo nacional. Se de um lado cabe a imposição de juros sobre as dívidas, e que devem corresponder ao processo de atualização monetária, torna-se cada vez mais injusta a cobrança de multas conciliar, pois, a cobrança da atualização monetária, sem entretanto, os encargos das multas.

EMENDA MODIFICATIVA DE PLENÁRIO DE Nº 03 SUBSTITUTIVO DA COMISSÃO DE FINANÇAS

Art. 3º -

I - em uma única parcela, até 30 de Agosto de 1996;

II - parcelado conforme segue, desde que a primeira parcela seja paga até 30 de Agosto de 1996.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação produzindo efeitos a partir do dia 1º de Julho de 1996 em relação aos Artigos 1º e 2º, e na data da sua publicação em relação ao Artigo 3º, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 28.05.96.

(a) TOTI COLAÇO

Apoiamento: Carlos Simões, Renato Adur, Caíto Quintana, Sâmis da Silva e 1 ilegível.

JUSTIFICATIVA:

A presente emenda visa conciliar as datas de tramitação e aprovação da lei e a tomada de conhecimento da parte do devedor. Trata-se, a nosso ver, de conceder condições efetivas de pagamento por parte daqueles que por motivos diversos se encontram inadimplentes para com a Receita Estadual.

Em votação.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI - Senhor Presidente, fiz uma questão de ordem e Vossa Excelência entendeu que estão prejudicadas as outras Emendas.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Pela aprovação, o parecer das outras Emendas é contrário as outras Emendas. Essa Emenda nº 01 era favorável.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI - Perfeito! Mas o parecer contrário às emendas não as invalida de serem apreciadas no Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Zuk) - O Substitutivo Geral sendo aprovado, foram prejudicadas as outras Emendas.

Foi colocado o Substitutivo Geral à consideração da Casa, a Casa aprovou o Substitutivo Geral, conseqüentemente a 2.^a, a 3.^a e a 4.^a Emenda foram prejudicadas, sobrando tão somente de acordo com o próprio Deputado Florisvaldo Fier, que arguiu isso, foi aprovada, conseqüentemente a matéria está vencida.

2.^a Discussão do Projeto de Lei n° 282/95. Substitutivo Geral da C.C.J. e Substitutivo Geral também da Comissão de Finanças.

Em Discussão o projeto.

O SR. IRINEU COLOMBO (Pela Ordem) - Apenas na nossa concepção, a nossa Bancada entende que o Substitutivo oferecido pela Comissão de Finanças tenha o pleno apoio desta Bancada, portanto seria a aprovação dela. No entanto, cabendo então a Comissão de Justiça fazer essa aglutinação para que votemos apenas 1.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Quando retornar o projeto, Vossa Excelência terá a oportunidade de ratificar, votando favoravelmente ao Substitutivo Geral da Comissão de Finanças.

ITEM 03

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 135/96 de autoria do Deputado Anibal Khury que declara de Utilidade Pública a Associação Assistencial Assembléia de Deus - ASAD, com sede e foro na Cidade de Rio Negro. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. Aprovado, artigo por artigo.

ITEM 04

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 143/96 de autoria do Deputado Nelson Justus que declara de Utilidade Pública o Sindicato Rural de Contenda, com sede e foro no Município de Contenda. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. Aprovado, artigo por artigo.

ITEM 05

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 162/96 de autoria do Deputado Luiz Carlos Zuk que declara de Utilidade Pública a Associação Mosteiro da Ressurreição, com sede e foro no Município de Ponta Grossa. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. Aprovado, artigo por artigo.

ITEM 06

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 167/96 de autoria do Deputado Luiz Claudio Romanelli que declara de Utilidade Pública a Associação Comunitária Jataiense, com sede e foro na Cidade de Jataizinho-PP. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. Aprovado, artigo por artigo.

O SR. TOTI COLAÇO (Pela Ordem) - Senhor Presidente.

Acabamos de votar o item 1 da pauta, que é uma matéria oriunda do Poder Judiciário, que institui Juizados Especiais no nosso Estado. E o que foi aprovado é um substitutivo Geral com a Emenda n° 01 do Partido dos Trabalhadores. Então gostaria se Vossa Excelência me permite de prestar a seguinte informação ao Plenário. O que acabamos de votar em 2.^a discussão foi o enxugamento de um projeto que o Tribunal de Justiça encaminhou a esta Casa, que visava criar o Juizado Especial Cível e Criminal no nosso Estado, com base no que determina a lei federal que regulamentou a constituição da república.

Na oportunidade quando a matéria chegou à Casa, ela causou um certo espanto, porque criava 467 cargos de juiz a serventários da justiça. Agora este substitutivo que acabamos de aprovar, e que com isso põem fim positivamente a matéria, aprovamos um substitutivo que cria ao invés dos 467 cargos 123 cargos apenas. Com isso, vamos poder instalar os juizados especiais cível e criminal nas comarcas de entrância final, dentre as quais destaca-se: Curitiba, Londrina, Maringá, Ponta Grossa, Foz do Iguaçu e Cascavel e, em algumas comarcas de entrância intermediária há critério de acordo com a disponibilidade financeira do Poder Judiciário que, com base também neste projeto que aprovamos, ou seja no projeto original o Presidente pedia um crédito adicional de nove milhões de reais para implantar os 467 cargos, e no substitutivo geral da Comissão de Finanças que aprovamos agora com a emenda do PT caiu para três milhões.

E por esta razão que este ano os juizados especiais não serão implantados em todas as comarcas do Paraná, mas somente com base no entendimento entre o Tribunal de Justiça, Governo do Estado e esta Casa nas comarcas de entrância final a que me referi e em algumas comarcas de entrância intermediária com base na disponibilidade financeira do Estado do Paraná.

Com isto estamos dando uma contribuição efetiva, real, dando um grande passo. O Paraná mais uma vez sai na frente com base no que determina a lei federal que criou os juizados especiais do país implantando no interior do Estado e também na Capital a justiça célere, sumariíssima, o processo sumário, que tem como fundamen-

tal moralidade, simplicidade e a celeridade da justiça no nosso Estado.

Mais uma vez esta Casa sensível ao clamor de justiça do povo do Paraná dá a sua efetiva contribuição. Por isso, é motivo de satisfação para todos nós Deputados, neste momento cumprimos mais uma vez com as nossas obrigações.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Nossos cumprimentos a Vossa Excelência que, quando no seu desempenho como Secretário de Justiça do Estado do Paraná, foi um dos que mais de perto agilizou o Poder Judiciário para realmente conseguir o que estamos fazendo agora nesta legislatura.

O SR. ALGACI TÚLIO (Para Encaminhar) - Gostaria também de corroborar com as palavras do Deputado José Tavares e, dizer também do importante trabalho que fez a Comissão de Constituição e Justiça, todos os seus integrantes se esmeraram neste projeto, foram inúmeras reuniões com o próprio Presidente do Tribunal de Justiça vindo a esta Casa, ainda ontem Vossa Excelência juntamente com o Deputado Joel Coimbra, com a minha pessoa, recebíamos um grupo de juizes preocupados e interessados em procurar agilizar de uma maneira mais rápida a questão da justiça.

E hoje na Sessão da C.C.J., o Deputado José Tavares demonstrou toda a sua inteligência, sua capacidade ao relatar o seu parecer, ao demonstrar o seu profundo reconhecimento a esta matéria. E é por isto que faço questão de fazer este registro e dizer da colaboração efetiva que deu Vossa Excelência hoje no andamento deste processo. Da forma como a C.C.J. se comportou, os Senhores Parlamentares, até mesmo no momento em que alguns pretendiam, e com todo direito, colocar algumas emendas, que depois Vossa Excelência com o seu profundo conhecimento demonstrou que elas não seriam necessárias, porque evidentemente já havia o entendimento entre as partes. É bom destacar, isto é importante, porque esta Casa é sempre criticada, Senhor Presidente, quando cria cargos, e ainda hoje na C.C.J. vários Parlamentares retiraram da Ordem do Dia, pediram vistas ao projeto também, de um outro setor do Tribunal de Contas que visa algumas alterações, mas que no fundo acaba criando mais um, dois ou três cargos e aumentando despesa.

Por isso é bom destacar que de 467 cargos em entendimento com o Judiciário baixamos para 123. De uma despesa de 9 bilhões de reais baixamos para 3. Isto é o papel desta Casa na política, na discussão democrática que se exerce aqui. Por isso faço questão, aqui, como Líder do Governo, de cumprimentar a nossa Comissão de Constituição e Justiça pela sua atuação.

Este Plenário, da forma como votou, entendendo este avanço que damos na Justiça. E me lembro, Deputado Tavares, quando foi criado o Juizado de Pequenas Causas, ali já estava o começo do avanço, da agilização da nossa Justiça. E agora, os Juizados Especiais vieram, exatamente, para atingir um patamar maior, agilizando a nossa Justiça. Tornando mais barata ao povo que nem sempre tem condições de ter um advogado. Talvez caia por terra o ditado de que só pobre vai para a cadeia. Talvez, agora, os pobres nem precisarão e em muitos casos, quando a ação não ultrapassar a 20 salários, não precisarão mais ter advogado para acompanhar, não que seja obrigatório.

Então quero parabenizar a todos pela atuação que tiveram hoje na C.C.J. e também neste Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Sobre a mesa, Requerimento nº 184, de autoria do Senhor Deputado Neivo Beraldin, constante do expediente. **Em discussão.**

O SR. ALGACI TÚLIO - Senhor Presidente, confesso que não entendi o teor desse requerimento. Ele quer que envie para onde?

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Com a palavra o autor do requerimento.

O SR. ALGACI TÚLIO - Para discutir, Senhor Presidente.

O SR. NEIVO BERALDIN - Senhor Presidente, quero esclarecer, mesmo que o Líder do Governo tenha pedido para discutir, isto é evidente que votaremos este requerimento amanhã. O que ocorre é que a Secretaria de Ciência e Tecnologia, se hoje algum dos Parlamentares forem consultar a Secretaria e perguntar: quanto gasta a Universidade de Londrina? Quanto gasta a faculdade do outro município? Eles não saberão nos responder, porque as universidades não tem dado informações ao Governo sobre a planilha de gastos.

Então, vamos dizer, quanto gasta em professor, quanto gasta em pessoal, enfim, planilha de custo. Gostaria de saber quanto o Governo gasta em cada universidade estadual, em cada faculdade estadual e no que gasta essas instituições.

Este é um requerimento transparente. Não vejo nada de mais, que acho que vai auxiliar o Governo inclusive para saber para que ele está mandando tanto dinheiro para essa faculdade ou para aquela universidade e saber também se deve investir mais nessa ou naquela, se é justa a reivindicação desta ou daquela.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Em

discussão o requerimento do ilustre Deputado.

O SR. ALGACI TÚLIO - Para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Adiado na forma do artigo 155, do Regimento Interno.

Requerimento n° 185, de autoria do Senhor Deputado Irineu Colombo, constante do expediente. **Aprovado.**

E cumprimentando o ilustre Deputado pela lembrança de todos nós que vivemos realmente este episódio através das lembranças deixadas por aquele ilustre cavaleiro da esperança.

O SR. IRINEU COLOMBO - Senhor Presidente, apenas para registrar que é o primeiro logradouro público, primeiro memorial do Brasil com o termo Coluna Prestes. O Oscar Niemeyer, fez dois projetos e não saiu do papel. No Paraná nós fazemos também.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Requerimento n° 177, de autoria do Senhor Deputado Albanor Gomes, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 178 e 182, de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 161, 162 e 179, de autoria do Senhor Deputado Renato Adur, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 159, de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Alborghetti, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 160, de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Martins, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n° 163 e 164, de autoria do Senhor Deputado Sérgio Spada, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 165, de autoria do Senhor Deputado Edno Guimarães, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 166, de autoria do Senhor Deputado Edno Guimarães, constante do expediente. **Em discussão.**

UM SR. DEPUTADO (Pela Ordem) - Para discus-

tir, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do artigo 155 do Regimento Interno.

Requerimentos n°s 167 e 168, de autoria do Senhor Deputado José Tavares, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 169 e 170, de autoria do Senhor Deputado Antonio Annibelli, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 171, de autoria do Senhor Deputado Doutor Posinha, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 172 e 173, de autoria do Senhor Deputado Doutor Posinha, constantes do expediente. **Em discussão.**

UM SR. DEPUTADO (Pela Ordem) - Para discutir, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do artigo 155 do Regimento Interno.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para quarta-feira, dia 29, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei n° 060/96.

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 057/95.

1.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n°s 519/95, 028, 064 e 167/96.

Marco ainda uma Sessão Extraordinária para logo após ao término da presente sessão, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei Complementar n° 116/96.

1.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n°s 090 e 152/96.

Levanta-se a sessão.